

M

MESTRADO
AUDITORIA

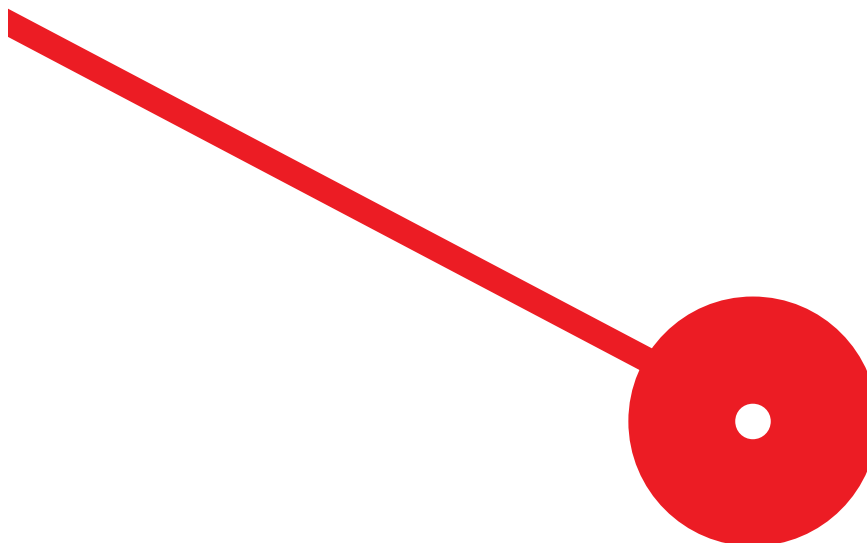
O Impacto da Transformação
Digital na Auditoria e nas
Práticas Contabilísticas
Filipe Martins Campos

10/2025

Filipe Martins Campos

O impacto da transformação digital na auditoria financeira e
nas práticas contabilísticas

10/2025



M MESTRADO
AUDITORIA

O Impacto da Transformação Digital na Auditoria e nas Práticas Contabilísticas

Filipe Martins Campos

Relatório de Estágio
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação de Professora Amélia Cristina Ferreira da Silva.

Filipe Martins Campos

O impacto da transformação digital na auditoria financeira e nas práticas contabilísticas

10/2025



Agradecimentos

Expresso o meu mais sincero agradecimento ao Dr. Tiago Vale, ao Dr. João Trigo de Moraes, à Dr.^a Maria Piedade Vaz, ao Dr. Rui Martins, à Dra. Teresa Soares, e a toda a restante equipa da entidade de acolhimento, pelo conhecimento partilhado, pela disponibilidade em transmitir experiências valiosas, pela oportunidade concedida e pelo apoio durante o processo de integração, bem como pelas orientações e sugestões que contribuíram para o bom desempenho das atividades desenvolvidas ao longo deste estágio.

A minha profunda gratidão dirige-se à Professora Doutora Amélia Cristina Ferreira da Silva, pela orientação rigorosa, atenciosa e sempre disponível, pelo acompanhamento constante ao longo do percurso do Mestrado e na concretização deste trabalho final. A sua dedicação, confiança e partilha de saberes foram determinantes para o êxito desta etapa e contribuíram de forma inestimável para o meu crescimento académico e profissional.

Dirijo um especial agradecimento aos meus pais e à minha irmã, pelo amor incondicional, pela confiança, paciência e apoio incansável ao longo de toda a minha vida. Obrigado por nunca deixarem que desistisse dos meus objetivos e por serem a minha maior inspiração.

À Vitória, pelo incentivo constante e por acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

Com igual apreço, agradeço aos meus amigos, pela presença constante, pela compreensão e por todas as palavras de motivação nos momentos mais desafiantes deste percurso. A vossa amizade e apoio foram fundamentais para manter a determinação e o equilíbrio ao longo desta etapa.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, deixo um sincero e eterno obrigado.

Resumo

O presente relatório de estágio, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Auditoria, tem como objetivo analisar as atividades realizadas na sociedade Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., bem como refletir sobre o impacto da transformação digital na auditoria e nas práticas contabilísticas. O estágio, com a duração de seis meses, possibilitou um contacto direto com a prática profissional da auditoria, permitindo aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos e compreender as exigências técnicas, éticas e organizacionais inerentes à profissão.

O relatório encontra-se estruturado em duas vertentes complementares. A primeira aborda o enquadramento teórico e metodológico da auditoria, salientando a importância do planeamento, da avaliação do sistema de controlo interno e da gestão do risco, no contexto da crescente digitalização do setor. A segunda vertente incide sobre a componente prática do estágio, descrevendo a execução de procedimentos de auditoria, com destaque para testes substantivos, análise documental e revisão das demonstrações financeiras.

Durante o estágio, foi possível observar a utilização de diversas ferramentas digitais de apoio à auditoria, nomeadamente o ASD Audit, o Microsoft Excel, o Microsoft Teams e o PEPData. Destaca-se, em particular, uma funcionalidade do ASD Audit que permite a correspondência automática entre os documentos fornecidos pelas entidades auditadas e os lançamentos contabilísticos da amostra, reforçando a eficiência e a fiabilidade da análise documental.

Conclui-se que a entidade de acolhimento adota, de forma geral, uma estratégia de não confiança nos controlos internos, privilegiando a realização de procedimentos substantivos mais extensos. Em síntese, o estágio constituiu uma experiência de elevado valor formativo, evidenciando o papel do auditor num contexto de digitalização crescente, em que a tecnologia, o julgamento profissional e a ética assumem um papel central.

Palavras-chave: Auditoria; Transformação Digital; Controlo Interno e Ferramentas Digitais

Abstract

This internship report, developed within the scope of the Master's Degree in Auditing, aims to analyze the activities carried out at Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., as well as to reflect on the impact of digital transformation on auditing and accounting practices. The six-month internship enabled direct contact with professional audit practice, allowing the application of theoretical knowledge and a deeper understanding of the technical, ethical and organizational requirements inherent to the auditing profession.

The report is structured into two complementary components. The first addresses the theoretical and methodological framework of auditing, highlighting the importance of audit planning, internal control evaluation and risk management in the context of increasing digitalization of the sector. The second component focuses on the practical dimension of the internship, describing the execution of audit procedures, with particular emphasis on substantive testing, documentary analysis and the review of financial statements.

During the internship, several digital tools supporting the audit process were observed, namely ASD Audit, Microsoft Excel, Microsoft Teams and PEPData. Particular emphasis is given to a specific ASD Audit functionality that enables the automatic matching between documents provided by audited entities and the corresponding accounting entries within the selected sample, enhancing the efficiency and reliability of documentary analysis.

It is concluded that the host entity generally adopts a non-reliance strategy on internal controls, favoring more extensive substantive procedures. Overall, the internship represented a highly valuable professional experience, highlighting the role of the auditor in an increasingly digitalized environment, where technology, professional judgement and ethics play a significant role.

Key words: Financial Audit; Digital Transformation; Emerging Technologies; Digital Tools.

Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Introdução	1
Capítulo I – Revisão de literatura	3
1.1 A transformação digital no contexto das organizações	4
1.2 A transformação digital nas práticas contabilísticas.....	5
1.3 O impacto da transformação digital na Auditoria	7
1.4 Desafios e oportunidades da digitalização para o auditor e contabilista	9
1.5 Reflexão global sobre o impacto da transformação digital	11
1.6 Questões de Investigação.....	13
Capítulo II – Metodologias de Investigação	14
2.1 Enquadramento metodológico	16
2.2 Natureza e objetivos do estudo	16
2.3 Procedimentos metodológicos	17
2.4 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	18
2.5 Seleção dos participantes.....	18
2.6 Entrevistas	19
2.7 Limitações de estudo	23
2.8 Considerações finais sobre a metodologia.....	23
Capítulo III – Relatório de Estágio	25
3.1 Caracterização da entidade acolhedora e do estágio realizado	27
3.2 Adaptação e programação do estágio curricular.....	28
3.3 Ferramentas de trabalho utilizadas	29
3.3.1 ASD Audit (Cloud).....	29
3.3.2 Microsoft Excel	30

3.3.3	Microsoft Teams.....	32
3.3.4	PEPData.....	34
3.4	Atividades desenvolvidas durante o estágio.....	36
3.4.1	Planeamento da auditoria e avaliação do controlo interno.....	36
3.4.1.1	Avaliação do sistema de controlo interno.....	38
3.4.1.2	Fluxogramas de processos.....	39
3.4.2	Preparação do trabalho.....	41
3.4.3	Execução dos trabalhos de auditoria.....	43
3.4.3.1	Análise documental.....	43
3.4.3.2	Ativos fixos tangíveis.....	45
3.4.3.3	Inventários.....	46
3.4.3.4	Caixa e depósitos bancários.....	49
3.4.3.5	Outras contas a receber.....	51
3.4.3.6	Diferimentos.....	52
3.4.3.7	Estado e outros entes públicos.....	53
3.4.3.8	Financiamentos obtidos.....	57
3.4.3.9	Capital próprio.....	59
3.4.3.10	Vendas e serviços prestados.....	60
3.4.3.11	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	62
3.4.3.12	Gastos com pessoal.....	64
3.4.3.13	Confirmações externas – Circularização.....	66
3.4.3.14	Validação das demonstrações financeiras.....	68
	Capítulo IV – Conclusões.....	71
4.1	Limitações de estudo.....	74
4.2	Sugestões de melhoria e investigação futura.....	75
	Referências bibliográficas.....	76
	Apêndices.....	81

Apêndice I – Guião das entrevistas.....	82
Apêndice II – Entrevista Dr ^a Vitória Vilela.....	84
Apêndice III – Entrevista Dr ^a Ana Ferreira	87
Apêndice IV – Entrevista Dr ^a Maria Amorim	91
Apêndice V – Entrevista Dr ^a Rita Cardoso.....	94
Apêndice VI – Entrevista Dr ^a Catarina Martins	98

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Exemplo de fluxograma de compras.	40
Figura 2 - Exemplo de fluxograma de vendas.....	41
Figura 3 - Template do cálculo dos PpC.	54
Figura 4 - Template do cálculo dos PApC.	54
Figura 5 - Cálculo do Apuramento do CMVMC.....	63
Figura 6 - Cálculo do valor dos Produtos Acabados e dos Trabalhos em curso	63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Questões de Investigação	13
---	----

Lista de abreviaturas

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

AI – Ativos Intangíveis

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BCB - Mapa da Base de Dados de Contas Bancárias

BdP – Banco de Portugal

CC – Contabilista Certificado

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

CRC - Mapa Central de Responsabilidades de Crédito

DMR – Declarações Mensais de Remunerações

EOEP - Estado e Outros Entes Públicos

ERP – *Enterprise Resource Planning*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISA – *International Standards on Auditing*

IUC - Imposto Único de Circulação

IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NIF – Número de Identificação Fiscal

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PApC – Pagamentos Adicionais por Conta

PEP – Pessoas Politicamente Expostas

PpC – Pagamentos por Conta

RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

ROC – Revisor Oficial de Contas

RPA – *Robotic Process Automation*

SAF-T – *Standard Audit File for Tax Purposes*

SCI – Sistema de Controlo Interno

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SS – Segurança Social

SVTM - Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

UE – União Europeia

A transformação digital tem-se afirmado como um dos principais motores de mudança nas organizações, alterando profundamente os modelos de gestão, os processos de trabalho e a produção de informação financeira. Nas áreas da contabilidade e da auditoria, este fenómeno assume particular relevância, pois influencia diretamente a forma como os dados são registados, tratados e analisados, bem como o modo como o auditor e o contabilista desempenham as suas funções.

A integração de tecnologias como a automatização de processos, o *data analytics*, a inteligência artificial e os sistemas integrados de gestão (*Enterprise Resource Planning*) permitiram ganhos significativos de eficiência e precisão. No entanto, estas inovações implicam também uma reconfiguração do papel do profissional, que passa a ser chamado a interpretar resultados automatizados, a avaliar riscos tecnológicos e a garantir a fiabilidade dos sistemas utilizados.

No contexto das práticas contabilísticas, a digitalização tem conduzido à automatização de tarefas rotineiras, à redução de erros e à disponibilização de informação em tempo real, reforçando o papel estratégico do contabilista como analista e intérprete da realidade económica. Já na auditoria, as ferramentas digitais e os *softwares* especializados, como o ASD Audit, potenciam uma recolha e análise de evidência mais abrangente, permitindo uma abordagem baseada em risco e suportada por dados concretos.

Contudo, a transformação digital traz também desafios: a necessidade de formação contínua, a preservação do ceticismo profissional e a garantia da integridade dos dados utilizados.

Assim, o presente relatório procura analisar o impacto da transformação digital na auditoria e nas práticas contabilísticas, identificando as principais mudanças observadas, os benefícios e limitações das ferramentas digitais e as novas exigências que estas impõem aos profissionais, com base na experiência prática adquirida durante o estágio numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC).

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 A transformação digital no contexto das organizações

A transformação digital constitui, na atualidade, um processo de mudança nas estruturas das organizações, traduzindo-se na integração estratégica de tecnologias digitais em todas as áreas de atividade, com o objetivo de melhorar o desempenho, criar valor e responder a um ambiente económico cada vez mais competitivo e volátil. Segundo Vial (2019), este fenómeno pode ser definido como “um processo que visa melhorar uma entidade por meio de mudanças significativas nas suas propriedades, através da combinação de tecnologias de informação, computação, comunicação e conectividade”. Assim, a transformação digital não se limita à adoção de ferramentas tecnológicas, mas implica uma reformulação dos modelos de negócio, dos processos internos e das competências humanas e organizacionais.

De acordo com Schwab (2016), fundador do Fórum Económico Mundial, a atual “Quarta Revolução Industrial” caracteriza-se pela fusão entre o mundo físico, digital e biológico, provocando uma transformação sem precedentes na forma como as empresas operam e gerem a informação. No mesmo sentido, Brynjolfsson e McAfee (2014) destacam que as tecnologias emergentes — como a inteligência artificial, o *cloud computing*, a robótica e o *big data analytics* — estão a redefinir os limites da produtividade e a alterar profundamente as funções de controlo e reporte das organizações.

A nível empresarial, a digitalização tem permitido ganhos expressivos de eficiência, precisão e velocidade na execução das tarefas, enquanto aumenta a transparência e a rastreabilidade das operações. Como refere Ismail (2024), a transformação digital, quando corretamente implementada, conduz a “uma integração mais fluida entre processos, sistemas e pessoas”, permitindo decisões mais fundamentadas e tempestivas. No mesmo sentido, estudos recentes indicam que a maturidade digital das organizações se encontra positivamente correlacionada com a qualidade da informação financeira e com a eficiência dos mecanismos de governação corporativa (Oanh et al., 2025).

Para além dos benefícios operacionais, a transformação digital exige também uma mudança cultural e estrutural. De acordo com a *International Federation of Accountants* (IFAC, 2023), o êxito da digitalização depende da capacidade das entidades em “alinham a adoção tecnológica com o desenvolvimento das competências humanas e o fortalecimento da ética profissional”. A tecnologia, por si só, não garante a fiabilidade da

informação; o seu potencial apenas se concretiza quando acompanhada por profissionais qualificados e conscientes das suas responsabilidades. Assim, a transformação digital deve ser vista não apenas como um processo técnico, mas como uma evolução organizacional que requer liderança, formação contínua e uma visão estratégica orientada para a inovação e o controlo.

A literatura recente reforça que a transformação digital desafia as estruturas hierárquicas tradicionais e incentiva modelos de gestão mais colaborativos e ágeis. Segundo Matt, Hess e Benlian (2015), a digitalização redefine os papéis dentro das organizações, tornando a informação mais acessível e promovendo uma cultura de dados (*data-driven culture*), na qual as decisões são sustentadas por análises quantitativas e não apenas por experiência empírica. Este contexto exige profissionais com competências multidisciplinares, capazes de combinar conhecimentos técnicos com visão estratégica e literacia digital (Sousa & Rocha, 2019).

Contudo, a transição digital não está isenta de riscos. Estudos de Oesterreich e Teuteberg (2019) alertam para a possibilidade de aumento da vulnerabilidade cibernética e para a dependência excessiva de sistemas automatizados, que, se não forem devidamente monitorizados, podem comprometer a fiabilidade dos dados e a integridade dos processos. Da mesma forma, a Deloitte (2022) sublinha que as organizações enfrentam o desafio de equilibrar a adoção tecnológica com o cumprimento das normas legais e regulamentares, nomeadamente no que diz respeito à proteção de dados e à conformidade contabilística e fiscal.

Em síntese, a transformação digital no contexto das organizações deve ser entendida como um processo contínuo e multidimensional, que combina inovação tecnológica, desenvolvimento humano e ajustamento estrutural. As entidades que conseguirem integrar eficazmente estas dimensões estarão mais bem posicionadas para aumentar a sua eficiência e transparência, reforçar os mecanismos de controlo interno e garantir a credibilidade da informação financeira. Assim, mais do que uma mera tendência tecnológica, a transformação digital constitui um fator determinante para a sustentabilidade e competitividade das organizações contemporâneas.

1.2 A transformação digital nas práticas contabilísticas

A contabilidade tem acompanhado de forma particularmente intensa o processo de transformação digital, uma vez que a sua essência assenta no tratamento sistemático de

informação. O desenvolvimento tecnológico tem permitido substituir tarefas manuais por processos automatizados, aumentar a fiabilidade dos registos e disponibilizar dados financeiros em tempo real. Segundo Granlund (2011), a digitalização dos sistemas contabilísticos “altera profundamente o papel do contabilista, deslocando-o da execução de tarefas operacionais para funções analíticas e de apoio à decisão”. Esta evolução reflete-se não apenas na natureza do trabalho, mas também nas competências exigidas aos profissionais.

Com a adoção generalizada de sistemas integrados de gestão (*Enterprise Resource Planning* – ERP), as organizações passaram a operar com plataformas que centralizam todas as informações contabilísticas, fiscais e financeiras, eliminando redundâncias e reduzindo erros (Quattrone, 2016). A digitalização tornou os processos mais transparentes e auditáveis, permitindo uma monitorização constante das operações. De acordo com Marques e Almeida (2020), a utilização de *software* especializado possibilita “um controlo mais rigoroso sobre os lançamentos contabilísticos, assegurando a conformidade com as normas e reduzindo o risco de distorções materiais”.

A automatização de tarefas rotineiras, através de tecnologias como o *Robotic Process Automation* (RPA), permitiu libertar os profissionais de atividades repetitivas, possibilitando-lhes dedicar-se a análises de maior valor acrescentado. Estudos de Arnaboldi, Busco e Cuganesan (2017) demonstram que a introdução de ferramentas digitais na contabilidade “não elimina a função do profissional, mas reconfigura-a, promovendo uma maior interligação entre a dimensão técnica e estratégica da profissão”. Assim, o contabilista assume um papel cada vez mais próximo da gestão, apoiando a tomada de decisão através da interpretação de indicadores financeiros e operacionais.

Por outro lado, o *big data analytics* e a inteligência artificial introduzem novas oportunidades de previsão e diagnóstico. Segundo Appelbaum, Kogan e Vasarhelyi (2017), o acesso a grandes volumes de dados e a algoritmos preditivos permite identificar padrões e anomalias com elevada precisão, melhorando a deteção de erros, fraudes e inconsistências nos registos contabilísticos. Esta tendência conduz a uma contabilidade mais proativa e preditiva, que ultrapassa a tradicional função de relato histórico.

Em Portugal, a transição digital tem sido impulsionada por iniciativas públicas e privadas que promovem a simplificação e a desmaterialização de processos administrativos. A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por exemplo, tem

incentivado a utilização de faturas eletrônicas e do e-fatura, reforçando a interoperabilidade dos sistemas e a transparência fiscal. Como referem Rodrigues e Gomes (2022), “a digitalização da contabilidade portuguesa, apesar de assimetrias setoriais, tem contribuído para uma maior harmonização entre o cumprimento fiscal e a informação financeira, aproximando o país das melhores práticas internacionais”.

No entanto, a digitalização das práticas contabilísticas acarreta também desafios significativos. Entre os mais referidos na literatura estão a necessidade de formação contínua, a gestão da cibersegurança e a adaptação às mudanças regulatórias (Moll & Yigitbasioglu, 2019). A complexidade dos sistemas digitais requer profissionais capazes de compreender as bases tecnológicas subjacentes, interpretar relatórios automatizados e avaliar criticamente a fiabilidade das fontes de dados. De acordo com Al-Htaybat e von Alberti-Alhtaybat (2017), a contabilidade digital “exige um novo tipo de profissional — tecnicamente competente, eticamente responsável e digitalmente alfabetizado”.

Em síntese, a transformação digital tem redefinido as práticas contabilísticas, conferindo-lhes maior eficiência, transparência e relevância estratégica. Contudo, este progresso exige uma mudança de paradigma, na qual o contabilista deixa de ser um mero executor de registos para se tornar um analista e intérprete da informação económica. O equilíbrio entre automatização, julgamento profissional e ética continuará a ser o principal desafio num cenário em que a tecnologia se afirma como instrumento indispensável à fiabilidade e à utilidade da informação financeira.

1.3 O impacto da transformação digital na Auditoria

A auditoria, enquanto disciplina e prática profissional, tem sido fortemente influenciada pela transformação digital, que tem reconfigurado os seus processos, técnicas e instrumentos de análise. O progresso tecnológico não só alterou a forma como os auditores recolhem e interpretam evidência, como também redefiniu os parâmetros de planeamento, execução e documentação das auditorias financeiras. Conforme refere Alles (2015), “as tecnologias digitais estão a mudar o próprio ADN da auditoria, deslocando o foco da mera verificação transaccional para uma análise contínua e baseada em dados”.

O avanço das tecnologias de *data analytics*, *machine learning* e RPA tem permitido aos auditores processar grandes volumes de dados em tempo real, ampliando o alcance das provas de auditoria e reduzindo o risco de omissões significativas. Appelbaum, Kogan e Vasarhelyi (2017) destacam que as ferramentas analíticas permitem “examinar a

totalidade das transações de uma entidade, em vez de recorrer apenas a amostras representativas”, conduzindo a conclusões mais robustas e sustentadas em evidência empírica. Esta transição representa uma mudança de paradigma, onde o auditor passa a assumir um papel mais preditivo e orientado por risco.

Segundo Brown-Liburd, Issa e Lombardi (2015), a auditoria digital introduz um novo ecossistema de dados que requer competências analíticas e tecnológicas mais complexas. O auditor deve compreender o funcionamento dos algoritmos utilizados, avaliar a fiabilidade das bases de dados e assegurar a integridade da informação processada. Assim, o ceticismo profissional — princípio fundamental da auditoria — assume uma dimensão ampliada, estendendo-se à validação dos próprios sistemas informáticos e às fontes digitais que suportam a evidência.

No mesmo sentido, Rozario e Vasarhelyi (2018) referem que o conceito de “auditoria contínua” (*continuous auditing*) tem ganho relevância como resposta à crescente digitalização dos processos empresariais. Este modelo baseia-se na monitorização automatizada e permanente dos sistemas, permitindo identificar desvios ou irregularidades em tempo real. A utilização de ferramentas digitais, como *softwares* de gestão de papéis de trabalho e plataformas integradas — entre as quais se inclui o ASD Audit utilizado em diversas firmas portuguesas — tem vindo a otimizar o planeamento das auditorias e a documentação das evidências obtidas, garantindo maior rastreabilidade e consistência entre os procedimentos e as conclusões.

Contudo, apesar das vantagens, a transformação digital também introduz riscos e limitações. Como advertem Issa, Sun e Vasarhelyi (2016), a dependência excessiva da tecnologia pode conduzir a uma “ilusão de fiabilidade”, caso os auditores não mantenham um julgamento crítico sobre a qualidade e origem dos dados analisados. Além disso, a digitalização exige investimento contínuo em cibersegurança, controlo de acessos e formação profissional, de modo a garantir a confidencialidade e integridade da informação sensível. A KPMG (2023) reforça esta perspetiva ao salientar que “a auditoria do futuro será híbrida — tecnologicamente avançada, mas sustentada por julgamento humano e ética profissional”.

A *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB, 2022) reconhece formalmente a relevância destas mudanças, tendo atualizado as normas internacionais de auditoria (ISA 315 e ISA 330) para incorporar referências explícitas ao

uso de ferramentas automatizadas e de análise de dados. Estas revisões refletem o esforço de adaptação normativa à realidade digital, procurando equilibrar a inovação tecnológica com a necessidade de manter a fiabilidade e a qualidade do processo de auditoria.

A literatura recente indica ainda que a adoção de tecnologias digitais na auditoria não é uniforme, variando de acordo com a dimensão, recursos e maturidade tecnológica das firmas (AICPA, 2021). As grandes sociedades internacionais tendem a adotar rapidamente soluções avançadas de *data analytics* e inteligência artificial, enquanto as pequenas e médias empresas de auditoria enfrentam constrangimentos de custo e de qualificação técnica (Deloitte, 2022). Esta disparidade reflete um desafio global na profissão: garantir que a digitalização contribua para a qualidade e não para a desigualdade no exercício da auditoria.

Em síntese, a transformação digital tem vindo a redefinir a auditoria enquanto prática orientada por dados, elevando os padrões de eficiência, cobertura e precisão. Todavia, a tecnologia não substitui o julgamento profissional, mas antes o complementa, exigindo dos auditores uma combinação de competências técnicas, analíticas e éticas. O futuro da auditoria dependerá da capacidade de equilibrar inovação tecnológica com integridade, ceticismo e responsabilidade, assegurando que a digitalização sirva o propósito fundamental da profissão: garantir a fiabilidade e a credibilidade da informação financeira.

1.4 Desafios e oportunidades da digitalização para o auditor e contabilista

A transformação digital trouxe consigo um conjunto de oportunidades e desafios que estão a redefinir o papel e o perfil dos profissionais da contabilidade e da auditoria. Se, por um lado, a adoção de tecnologias digitais tem contribuído para uma maior eficiência, precisão e transparência dos processos, por outro, exige o desenvolvimento de novas competências e a capacidade de manter uma postura crítica face à informação automatizada. Como sintetiza Kokina e Davenport (2017), “a tecnologia está a libertar os profissionais da execução de tarefas rotineiras, mas simultaneamente a exigir-lhes um pensamento analítico e estratégico de nível superior”.

Do ponto de vista das oportunidades, a digitalização possibilitou o acesso a ferramentas avançadas de análise e de visualização de dados que potenciam uma atuação mais preditiva e integrada. O *data analytics* e a inteligência artificial permitem identificar padrões, anomalias e relações entre variáveis que seriam indetetáveis pelos métodos

tradicionais (Appelbaum et al., 2017). Para o contabilista, isto traduz-se numa melhoria da qualidade da informação e num reforço do seu papel como conselheiro estratégico da gestão. Para o auditor, as tecnologias digitais permitem ampliar o alcance e a profundidade das provas de auditoria, reduzindo o risco de erro material e aumentando a capacidade de deteção de irregularidades (Issa, Sun & Vasarhelyi, 2016).

A integração entre competências técnicas e digitais é hoje reconhecida como essencial. De acordo com a *International Federation of Accountants* (IFAC, 2023), o profissional contemporâneo deve dominar a literacia digital, a análise de dados e o pensamento crítico, sem comprometer os princípios éticos que sustentam a profissão. Neste contexto, o auditor e o contabilista são chamados a exercer um julgamento mais complexo, combinando conhecimentos tecnológicos com sensibilidade profissional e responsabilidade social (Santos & Gomes, 2022).

Contudo, a digitalização também impõe desafios substanciais. Um dos mais referidos na literatura é o risco de dependência excessiva da tecnologia. Quando os profissionais assumem que os sistemas automatizados são infalíveis, existe o perigo de redução do ceticismo profissional — pilar essencial tanto da contabilidade como da auditoria. Como alertam Munoko, Brown-Liburd e Vasarhelyi (2020), “o ceticismo não pode ser delegado às máquinas; deve ser exercido pelo auditor humano, mesmo num ambiente digitalmente avançado”. O auditor continua a ser responsável por validar a adequação das fontes de dados e por questionar os resultados gerados pelos algoritmos, garantindo a fiabilidade da informação.

Outro desafio prende-se com a formação contínua. Segundo Tiberius e Hirth (2019), a rápida evolução tecnológica obriga os profissionais a atualizarem constantemente as suas competências, sob pena de se tornarem obsoletos. Este processo de aprendizagem deve ir além da dimensão técnica, incluindo também aspetos relacionados com ética digital, proteção de dados e cibersegurança. De igual modo, a OECD (2022) reconhece que a transição digital implica novas responsabilidades na gestão da informação, exigindo das organizações e dos profissionais uma postura ativa na mitigação de riscos tecnológicos.

A digitalização coloca ainda em evidência questões éticas e de responsabilidade profissional. A utilização de algoritmos e sistemas automatizados levanta preocupações quanto à transparência dos processos de decisão e à rastreabilidade das evidências. Como

refere Guttsayt (2023), “a confiança na tecnologia deve ser acompanhada por mecanismos de supervisão humana, garantindo que a objetividade e a independência profissional não são comprometidas”. Assim, o desafio não reside em substituir o juízo humano, mas em o reforçar com instrumentos tecnológicos que ampliem a qualidade e o alcance da informação.

Apesar dos riscos, a literatura é unânime em reconhecer que a digitalização oferece uma oportunidade ímpar de valorização profissional. Ao libertar tempo das tarefas administrativas, a tecnologia permite que auditores e contabilistas se concentrem em atividades de maior valor acrescentado, como a análise de riscos, o aconselhamento estratégico e a tomada de decisão informada (Austin, Carpenter & Christ, 2021). Além disso, a capacidade de interpretar dados complexos e traduzir informação técnica em conhecimento útil reforça a relevância destes profissionais no contexto organizacional.

Em suma, a transformação digital não representa apenas uma revolução tecnológica, mas uma evolução do papel do auditor e do contabilista. O equilíbrio entre inovação, ética e ceticismo será determinante para o sucesso desta transição. O profissional do futuro deverá conjugar a competência técnica com a literacia digital e a consciência ética, garantindo que a tecnologia é utilizada como meio de reforço — e não de substituição — da qualidade e credibilidade da informação financeira.

1.5 Reflexão global sobre o impacto da transformação digital

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu compreender que a transformação digital constitui muito mais do que uma simples modernização tecnológica: representa uma mudança estrutural nas práticas de gestão, contabilidade e auditoria. A literatura evidencia que a digitalização está a transformar a forma como as organizações gerem a informação financeira, redefinindo os papéis dos profissionais e introduzindo novas dinâmicas de eficiência, transparência e controlo.

No âmbito das práticas contabilísticas, verificou-se que a adoção de sistemas integrados de gestão, da automatização de processos e de ferramentas de análise de dados tem proporcionado ganhos significativos de fiabilidade e rapidez no tratamento da informação. O contabilista contemporâneo assume um papel mais interpretativo e estratégico, sendo responsável não apenas pelo registo e relato, mas também pela análise crítica e pela comunicação de resultados financeiros que sustentam as decisões de gestão (Granlund, 2011; Marques & Almeida, 2020).

Por sua vez, na auditoria, as tecnologias digitais, como o *data analytics*, a inteligência artificial e os *softwares* especializados (como o ASD Audit), estão a revolucionar a recolha e a validação de evidência, permitindo ao auditor trabalhar com bases de dados completas e aplicar metodologias preditivas na avaliação de risco (Appelbaum et al., 2017; Alles, 2015). Contudo, esta evolução implica o reforço das competências técnicas e éticas dos auditores, exigindo-lhes um maior domínio de ferramentas analíticas e, simultaneamente, uma capacidade acrescida de julgamento e de ceticismo profissional (Munoko, Brown-Liburd & Vasarhelyi, 2020).

Em termos transversais, o processo de transformação digital apresenta-se como um fenómeno de dupla natureza: é simultaneamente um catalisador de inovação e um desafio de adaptação humana. As oportunidades advêm do aumento da eficiência, da automatização e da qualidade da informação; os desafios decorrem da necessidade de atualização contínua, da dependência tecnológica e da preservação da ética e da independência profissional.

Assim, pode concluir-se que a transformação digital redefine as fronteiras entre contabilidade e auditoria, aproximando ambas as áreas numa lógica integrada de gestão da informação. O êxito desta transição dependerá da capacidade das organizações e dos profissionais em equilibrar a inovação tecnológica com o rigor técnico, o ceticismo e a integridade que sempre caracterizaram estas profissões.

1.6 Questões de Investigação

O presente trabalho pretende perceber qual é o impacto da transformação digital na auditoria e nas práticas contabilísticas?

Para conseguir explorar este tema foram estabelecidas uma série de questões de investigação, tais como:

Nº	Questões
Q1	Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria nos últimos anos?
Q2	De que forma a digitalização tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades?
Q3	Que novas competências considera essenciais para os auditores do futuro?
Q4	Acredita que a transformação digital representa uma oportunidade ou uma ameaça à profissão?
Q5	Quais as ferramentas digitais que utiliza com maior frequência e de que forma contribuem para a qualidade do trabalho?

Tabela 1 - Questões de Investigação

CAPÍTULO II – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

As metodologias de investigação podem ser entendidas como o conjunto de princípios, procedimentos e técnicas que orientam o desenvolvimento de uma investigação de forma sistemática e científica. Assim sendo, a metodologia representa o modo como a investigação deve ser conduzida, de forma a definir cada passo, estratégias e ferramentas a utilizar para responder às questões de investigação e alcançar os objetivos propostos. Na prática, a metodologia constitui o alicerce da estrutura de um estudo, orientando a recolha, o tratamento e a interpretação da informação de forma coerente, lógica e rigorosa (Kothari, p. 8).

A escolha da metodologia mais adequada deve estar alinhada com a natureza do problema de investigação e com os objetivos delineados, de modo a assegurar a exequibilidade do estudo e a validade dos resultados obtidos. A definição metodológica deve possibilitar ao investigador compreender o fenómeno em análise e construir conhecimento científico de forma sustentada (Saunders, Lewis & Thornhill, 2019).

Normalmente, a investigação científica pode decorrer de diferentes abordagens metodológicas, entre as quais se destacam a análise qualitativa e a análise quantitativa. A escolha entre estas opções, ou a utilização de ambas, depende do tipo de problema em estudo e quais são as respostas que se pretende alcançar. As duas abordagens serão exploradas com maior detalhe posteriormente, com vista a clarificar as suas especificidades e a pertinência da sua aplicação no presente trabalho.

Assim sendo, a metodologia de investigação não se limita à seleção de métodos ou técnicas, mas sim, à constituição de um processo de planeamento científico e estruturado, que define como, quando e por que motivo cada etapa do estudo está a ser desenvolvida. Trata-se, portanto, o fundamento epistemológico que assegura a credibilidade, consistência e validade da investigação. Isto, irá permitir, que através dos resultados obtidos, exista a contribuição de forma significativa para o avanço do conhecimento e domínio em que se insere.

2.1 Enquadramento metodológico

A metodologia constitui a base estruturante de qualquer investigação científica, pois define o percurso seguido para alcançar os objetivos delineados e conferir validade e credibilidade aos resultados obtidos. Assim, o presente capítulo descreve os procedimentos adotados na investigação sobre o impacto da transformação digital na auditoria e nas práticas contabilísticas, especificando a natureza do estudo, o enquadramento metodológico, as técnicas de recolha e análise de dados, bem como as limitações inerentes ao processo.

O avanço tecnológico e a digitalização têm vindo a reconfigurar a prática profissional do auditor e do contabilista, impondo novas exigências ao nível das competências, dos métodos de trabalho e das ferramentas utilizadas. Neste contexto de mudança, a metodologia selecionada procurou captar as perceções, experiências e interpretações subjetivas dos profissionais da área, permitindo compreender, de forma aprofundada, as transformações em curso.

Deste modo, o estudo assenta numa investigação qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que se centra na compreensão de fenómenos complexos e contextuais, mais do que na medição de variáveis ou quantificação de dados.

2.2 Natureza e objetivos do estudo

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, uma vez que o fenómeno da transformação digital na auditoria envolve dimensões humanas, organizacionais e tecnológicas que dificilmente podem ser traduzidas em indicadores mensuráveis.

Segundo Creswell (2014), a investigação qualitativa visa compreender os significados que os indivíduos atribuem às suas experiências, explorando as suas perspetivas de forma detalhada e contextualizada.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se, assim, por três razões principais. O carácter exploratório do fenómeno, na medida em que a transformação digital é um processo recente e em constante evolução, exigindo uma análise aberta, interpretativa e flexível, capaz de acompanhar as mutações tecnológicas e profissionais. A compreensão do contexto profissional, uma vez que pretendeu-se captar as perceções dos auditores e contabilistas sobre as mudanças nas suas rotinas, nas ferramentas de trabalho e nas competências requeridas. Por último, a análise de significados e

interpretações, dado que invés de procurar quantificar resultados, o objetivo foi interpretar as percepções e experiências dos profissionais, valorizando o discurso e as representações individuais sobre o impacto da digitalização.

A investigação apresenta igualmente um carácter descritivo, pois procura caracterizar e compreender a realidade atual da profissão de auditor em Portugal no contexto da digitalização, identificando as principais tendências, desafios e oportunidades associadas.

2.3 Procedimentos metodológicos

No âmbito das ciências sociais aplicadas, a metodologia qualitativa é particularmente adequada quando o objetivo é compreender comportamentos, atitudes e dinâmicas profissionais. Segundo Flick (2018), esta abordagem enfatiza o processo e o contexto, permitindo ao investigador interpretar os significados subjacentes às ações e decisões dos indivíduos.

A estratégia adotada foi a entrevista semiestruturada, que se revelou o método mais apropriado para recolher informação rica e detalhada. Esta técnica equilibra a flexibilidade da conversação livre com a estrutura necessária para garantir a comparabilidade dos dados entre diferentes participantes.

As entrevistas foram concebidas para explorar dimensões específicas do impacto da transformação digital, nomeadamente:

- A gestão do risco e a utilização de tecnologias na deteção de irregularidades;
- A alteração dos procedimentos de auditoria, com a transição de processos manuais para digitais;
- As novas competências exigidas ao auditor face à digitalização;
- As oportunidades e ameaças decorrentes da automatização e da inteligência artificial;
- A resposta atual dos profissionais portugueses perante este novo paradigma tecnológico;
- As principais ferramentas digitais utilizadas nas práticas de auditoria e contabilidade.

2.4 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados foi efetuada através da realização de entrevistas semiestruturadas, consideradas a técnica mais adequada a este tipo de investigação, dado o seu potencial para explorar perceções, opiniões e experiências em profundidade. Este formato combina a existência de um guião de base com a flexibilidade necessária para permitir que os participantes expressem livremente as suas ideias, o que favorece uma compreensão mais rica e contextualizada da realidade em estudo.

As entrevistas tiveram como propósito recolher informação detalhada acerca de vários aspetos relacionados com a transformação digital, nomeadamente o impacto nas práticas de gestão do risco, as alterações dos procedimentos de auditoria e controlo interno, as novas competências exigidas aos profissionais, as oportunidades e ameaças associadas à digitalização e a forma como os auditores portugueses têm reagido a este processo. Procurou-se igualmente identificar as ferramentas tecnológicas mais utilizadas no contexto da auditoria e da contabilidade, de modo a compreender o nível de digitalização efetivamente implementado no exercício profissional.

O guião de entrevista foi elaborado de forma a contemplar três grandes dimensões: a caracterização do entrevistado e do contexto profissional em que atua, a perceção individual sobre a transformação digital e a sua influência na profissão, e, por fim, uma reflexão sobre as perspetivas futuras da auditoria num ambiente cada vez mais automatizado e tecnológico.

2.5 Seleção dos participantes

A seleção dos participantes baseou-se num critério de amostragem intencional, privilegiando profissionais com experiência comprovada na área da auditoria e contabilidade e com contacto direto com a utilização de ferramentas digitais. Este tipo de amostragem, também designado por amostragem de conveniência, é amplamente utilizado em estudos qualitativos, uma vez que visa obter informação relevante junto de indivíduos que possuam conhecimento aprofundado sobre o fenómeno em análise.

Foram realizadas cinco entrevistas individuais a profissionais com diferentes níveis de experiência e funções nas áreas da auditoria e da contabilidade, de forma a recolher perspetivas diversificadas e comparativas sobre o impacto da transformação digital no exercício destas atividades.

A primeira entrevistada, Dr.^a Vitória Vilela, é licenciada em Gestão de Empresas e exerce atualmente funções de *Audit Junior* numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, contando com cerca de um ano de experiência profissional na área da auditoria.

A segunda entrevistada, Dr.^a Ana Ferreira, é licenciada e mestre em Contabilidade e Auditoria, sendo Contabilista Certificada. Desempenha funções de *Audit Consultant* numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, possuindo uma experiência consolidada na utilização de ferramentas digitais de auditoria, como o ASD Audit, o Gexcel e o ASD Confirmation.

A terceira entrevistada, Dr.^a Maria Amorim, é licenciada em Gestão e mestre em Auditoria e Fiscalidade. É também Contabilista Certificada e exerce funções de *Audit Assistant* numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com contacto regular com ferramentas digitais, nomeadamente o ASD Audit e o Excel, utilizadas no apoio aos processos de auditoria.

A quarta entrevistada, Dr.^a Rita Cardoso, é licenciada em Contabilidade e Contabilista Certificada, exercendo funções num gabinete de contabilidade, onde presta apoio em diversas tarefas contabilísticas. Possui uma experiência prática significativa na utilização de *softwares* de gestão e contabilidade, em especial o TOOnline, ferramenta central na execução das suas funções.

Por fim, a quinta entrevistada, Dr.^a Catarina Martins, é licenciada em Economia e possui experiência nas áreas da contabilidade, consultoria e gestão financeira, particularmente no setor da restauração e hotelaria. Após ter exercido funções num gabinete de contabilidade, desempenha atualmente funções de consultora e gestora financeira numa empresa privada, possuindo uma visão abrangente sobre a evolução digital dos processos contabilísticos e de controlo interno.

Embora a amostra seja reduzida, o carácter qualitativo da investigação permite valorizar a profundidade das respostas e a relevância da experiência profissional dos entrevistados, que possibilitam uma compreensão alargada das transformações em curso e das implicações da digitalização na profissão.

2.6 Entrevistas

A análise das cinco entrevistas realizadas permitiu compreender as perceções de diferentes profissionais relativamente ao impacto da transformação digital na auditoria e

na contabilidade. As respostas evidenciam uma visão globalmente positiva, destacando-se a relevância das novas tecnologias na melhoria da eficiência, da fiabilidade e da qualidade do trabalho desenvolvido. Simultaneamente, foram identificados desafios e resistências associados à adaptação tecnológica e à necessidade de formação contínua. A discussão que se segue organiza-se em torno de sete eixos analíticos que emergiram das respostas: a maturidade digital, o impacto na gestão do risco, a reconfiguração dos procedimentos, as competências profissionais, as oportunidades e riscos, o papel das entidades de supervisão, e as perspetivas para o futuro da profissão.

Maturidade digital e evolução recente

De forma transversal, todas as entrevistadas reconhecem que o setor da auditoria e da contabilidade atravessa uma fase de modernização acentuada. A digitalização é percebida como um processo em curso, com avanços expressivos nos últimos anos, sobretudo nas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, onde a utilização de softwares especializados é uma prática corrente. Ferramentas como o SIPTA, o ASD Audit ou o TOConline permitem integrar várias fases do trabalho de auditoria e contabilidade, desde o planeamento à execução, assegurando maior organização e rastreabilidade dos procedimentos.

Apesar desse progresso, subsistem disparidades no grau de maturidade digital entre diferentes contextos profissionais. Em ambientes empresariais de menor dimensão, ainda se verifica uma dependência de ferramentas mais básicas, como o Excel, o que limita o potencial de automatização e integração de dados. Este cenário confirma que a digitalização não se apresenta de forma uniforme, dependendo dos recursos tecnológicos, da estratégia de gestão e da cultura organizacional de cada entidade.

Impacto na gestão do risco e na deteção de irregularidades

As entrevistadas reconhecem de forma unânime que a transformação digital contribuiu para reforçar a gestão do risco e a deteção de irregularidades. O acesso a grandes volumes de dados e a automatização de testes permitem identificar inconsistências com maior rapidez e precisão, reduzindo a probabilidade de erros humanos. As ferramentas digitais possibilitam também uma monitorização mais sistemática das transações e a aplicação de controlos automatizados, aumentando a fiabilidade das conclusões obtidas.

Contudo, permanece evidente que o juízo profissional continua a ser indispensável. As tecnologias são vistas como um apoio valioso, mas não substituem o raciocínio crítico e a capacidade de interpretação do auditor. A digitalização exige, assim, um equilíbrio entre a confiança nos sistemas e a análise humana, uma vez que erros de configuração, falhas de segurança ou dados de baixa qualidade podem comprometer a validade das conclusões.

Reconfiguração dos procedimentos e controle interno

A introdução de tecnologias digitais alterou profundamente a forma como os procedimentos de auditoria e os controles internos são executados. As entrevistas destacam que tarefas tradicionalmente manuais, como conciliações bancárias, circularizações ou testes de amostragem, passaram a ser realizados de forma automatizada. A integração de softwares de auditoria permite concentrar toda a informação num único ambiente de trabalho, simplificando a comunicação entre equipas e reduzindo o tempo despendido em tarefas administrativas.

Paralelamente, os sistemas digitais trouxeram melhorias significativas em termos de rastreabilidade, uma vez que todas as alterações e intervenções ficam registadas. Esta evolução reforça o princípio da transparência e facilita o controlo de qualidade das auditorias realizadas, contribuindo para uma documentação mais consistente e verificável.

Competências profissionais e resistências à mudança

As competências exigidas aos auditores e contabilistas evoluíram substancialmente com a digitalização. As entrevistadas salientam a importância de dominar ferramentas tecnológicas, desenvolver literacia em análise de dados e compreender a lógica dos sistemas de informação. A par das competências técnicas, ganham relevância as capacidades comportamentais, como o pensamento crítico, a adaptação à mudança e a aprendizagem contínua.

Apesar do reconhecimento das vantagens da tecnologia, ainda se observam resistências à sua adoção. Essas resistências estão frequentemente associadas à falta de formação específica, ao receio de perder o controlo sobre os processos e à perceção de que os novos métodos implicam maior complexidade. O desafio para as organizações

passa, portanto, por investir na formação contínua e promover uma cultura de inovação que reduza a distância entre a tecnologia e o utilizador.

Oportunidades e riscos da transformação digital

A generalidade das entrevistadas encara a transformação digital como uma oportunidade de valorização da profissão. A utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados e a inteligência artificial, tem permitido aumentar a produtividade, a precisão e a profundidade das análises efetuadas. A automatização de tarefas rotineiras liberta tempo para atividades de maior valor acrescentado, permitindo ao auditor concentrar-se na análise crítica, na avaliação de riscos e na tomada de decisões estratégicas.

No entanto, são também identificados riscos. A dependência excessiva de ferramentas digitais, a falta de validação dos dados de origem e as ameaças à segurança da informação são apontadas como aspetos que requerem vigilância constante. As entrevistadas sublinham que a utilização responsável das tecnologias deve ser acompanhada de mecanismos de controlo interno robustos e de políticas de governança de dados eficazes.

Papel das entidades de supervisão e adaptação do setor

As participantes reconhecem que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores têm procurado incentivar a adoção de práticas digitais. No entanto, consideram que os esforços realizados ainda são insuficientes face ao ritmo da transformação tecnológica. Destaca-se a necessidade de reforçar a formação especializada, promover a partilha de boas práticas e desenvolver plataformas tecnológicas comuns que facilitem a uniformização dos procedimentos de auditoria.

No setor da contabilidade, é também reconhecido o papel relevante das ordens profissionais, que têm vindo a disponibilizar softwares, suporte técnico e ações de formação direcionadas para a digitalização. A aposta contínua na capacitação dos profissionais é vista como um elemento essencial para garantir uma transição tecnológica equilibrada e sustentável.

Perspetivas para o futuro da profissão

As entrevistas revelam uma visão otimista quanto ao futuro da auditoria e da contabilidade num contexto digital. As entrevistadas acreditam que o papel do auditor se

tornará cada vez mais estratégico, com maior foco na análise e interpretação de dados, na avaliação de controlos internos e na identificação de riscos. O uso crescente de ferramentas automatizadas e de análise contínua permitirá auditorias mais abrangentes, rápidas e precisas, mas exigirá um reforço das competências analíticas e do ceticismo profissional.

O futuro é, portanto, visto como um equilíbrio entre tecnologia e julgamento humano. A transformação digital não elimina a relevância do auditor; antes, redefine o seu papel, valorizando a capacidade de interpretar dados complexos, garantir a fiabilidade da informação e assegurar a transparência dos processos financeiros.

2.7 Limitações de estudo

Como em qualquer investigação qualitativa, existem limitações que importa reconhecer. O número reduzido de participantes impossibilita a generalização dos resultados a todo o universo de profissionais da área, embora a profundidade das entrevistas e a relevância da experiência dos entrevistados confirmem consistência e validade interpretativa às conclusões obtidas. Acresce que a análise de conteúdo, apesar do seu rigor metodológico, implica sempre um certo grau de subjetividade associado à interpretação do investigador. Esta limitação foi mitigada através da manutenção da fidelidade às transcrições e da triangulação entre as categorias analíticas identificadas.

Outra limitação prende-se com o carácter dinâmico e evolutivo do fenómeno estudado. A transformação digital é um processo contínuo, pelo que as perceções recolhidas refletem um determinado momento no tempo e poderão sofrer alterações à medida que novas tecnologias são implementadas. Apesar disso, as entrevistas permitiram recolher evidências relevantes sobre o estado atual da digitalização e sobre as estratégias de adaptação dos profissionais portugueses às exigências tecnológicas do setor.

2.8 Considerações finais sobre a metodologia

Em síntese, a metodologia adotada revelou-se adequada à prossecução dos objetivos propostos, permitindo compreender, de forma aprofundada e contextualizada, o impacto da transformação digital na auditoria e nas práticas contabilísticas. A abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, possibilitou captar a

experiência e a percepção de profissionais da área, permitindo identificar tendências, desafios e oportunidades que decorrem do processo de digitalização.

A utilização de entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo segundo Bardin (2011) proporcionaram uma leitura crítica e fundamentada das alterações observadas na profissão, conferindo ao estudo uma base empírica sólida e cientificamente consistente. Assim, a metodologia desenvolvida permitiu construir um quadro interpretativo fiável sobre a adaptação dos auditores e contabilistas portugueses à era digital, constituindo um contributo relevante para o debate académico e profissional sobre o futuro da auditoria num contexto de transformação tecnológica.

CAPÍTULO III – RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Neste capítulo, procede-se à apresentação e descrição do estágio curricular realizado na entidade Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., no qual se desenvolveram diversas atividades no âmbito da área da auditoria financeira e das práticas contabilísticas. O presente estágio constituiu uma etapa fundamental no processo de consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, permitindo aplicar na prática os princípios, normas e técnicas lecionadas, bem como desenvolver competências profissionais, que serão essenciais na atividade de auditor.

O estágio teve uma duração total de seis meses, tendo decorrido entre março de 2025 e setembro do respetivo ano, e correspondeu a um período contínuo de prática supervisionada em ambiente real de trabalho. Esta experiência profissional proporcionou uma aproximação direta ao funcionamento de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), possibilitando a observação e a participação nos diferentes procedimentos que integram o processo de auditoria e a preparação da informação financeira.

O presente capítulo encontra-se estruturado em duas partes principais. Numa primeira instância, é efetuada a caracterização da entidade de acolhimento, abordando a sua história, missão, estrutura organizacional, áreas de atuação e os principais serviços prestados. Numa segunda parte, são descritas de forma detalhada as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, com o intuito de destacar as tarefas realizadas, os objetivos de aprendizagem e o modo como estas contribuiriam para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais no contexto de auditoria.

Para finalizar, esta organização visa proporcionar uma compreensão clara e sequencial do percurso formativo e profissional experienciado durante o estágio, evidenciando ainda, o contributo desta experiência para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos no âmbito do Mestrado de Auditoria.

3.1 Caracterização da entidade acolhedora e do estágio realizado

A entidade Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (doravante designada por SVTM) é uma sociedade limitada constituída em 1997, com sede na Rua da Alegria, nº 785, E14, no Porto. A sua atividade principal enquadra-se no âmbito da auditoria, contabilidade e consultoria fiscal (CAE 69200). A entidade encontra-se inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o número 155, o que atesta a sua conformidade com as normas profissionais e éticas que regulam o exercício da atividade de auditoria em Portugal.

Desde 2018, a SVTM é membro da HLB International em Portugal, uma rede global de firmas independentes de auditoria, contabilidade e consultoria, fundada em 1969. A HLB International destaca-se pelo seu foco na inovação, colaboração e partilha de conhecimento entre os seus membros, promovendo a qualidade e consistência dos serviços prestados a nível internacional. Atualmente, a rede conta com mais de 50.000 profissionais, distribuídos por 155 países, e é reconhecida mundialmente pela sua abordagem integrada e orientada para o crescimento sustentável dos seus clientes.

A SVTM é composta por vinte e nove colaboradores, entre os quais cinco são Revisores Oficiais de Contas (ROC). Apresenta uma carteira de aproximadamente 300 clientes, provenientes de diversos setores económicos, incluindo entidades públicas, privadas e do setor não lucrativo. A sociedade atua em múltiplas áreas profissionais, nomeadamente em auditoria financeira, contabilidade, consultoria fiscal e assessoria de gestão, de modo a oferecer serviços especializados e adaptados às necessidades de cada cliente.

A missão da SVTM assenta na prestação de serviços de elevada qualidade, personalizados e orientados para o cliente, com o intuito de estabelecer relações profissionais duradouras, baseadas na confiança, integridade e competência técnica. A entidade procura, deste modo, responder de forma eficaz aos desafios de uma economia moderna, competitiva e, sobretudo em constante transformação, mantendo elevados os seus padrões de compromisso, rigor e excelência.

No que diz respeito ao estágio curricular, contou com uma duração total de seis meses, tendo sido iniciado a 11 de março de 2025 e concluído a 10 de setembro de 2025. Assim sendo, foram totalizadas aproximadamente 950 horas de trabalho efetivo,

cumprindo o horário de funcionamento da entidade, de segunda a sexta-feira, das nove horas até às dezoito horas, com uma hora e meia de pausa.

A supervisão do estágio curricular foi assegurada pelo Dr. Tiago André de Castro Lopes do Vale, Contabilista Certificado nº 39188 e Revisor Oficial de Contas nº 1615, que acompanhou o desenvolvimento das atividades realizadas, garantindo a orientação técnica e o cumprimento dos objetivos formativos definidos.

Esta primeira experiência de estágio possibilitou uma integração efetiva no ambiente profissional de uma SROC, proporcionando o contacto direto com as práticas e procedimentos de auditoria e contabilidade utilizados em diferentes contextos empresariais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e profissionais que são essenciais para o exercício da profissão.

3.2 Adaptação e programação do estágio curricular

O estágio curricular teve início a dia 11 de março de 2025, na Santos Vaz, Trigo de Morais – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., marcando o início do processo de integração na entidade de acolhimento. Com o objetivo de facilitar a adaptação ao ambiente profissional e de proporcionar uma compreensão abrangente do funcionamento interno da organização, a SVTM organizou uma semana inicial de formação e enquadramento, destinada aos novos colaboradores e estagiários.

Durante esta semana, foram realizadas diversas sessões de formação interna, conduzidas por diferentes colaboradores e responsáveis de equipa na organização, nas quais foram abordados temas que são fundamentais para a prática profissional e apresentadas as principais funções, responsabilidades e metodologias de trabalho associadas ao estágio. Assim, esta fase inicial teve como propósito familiarizar o estagiário com a estrutura organizacional da entidade, os seus procedimentos internos e as ferramentas tecnológicas utilizadas no desenvolvimento das atividades de auditoria.

A primeira semana pode ser caracterizada como introdutória e pedagógica, possibilitando a compreensão do modo de funcionamento da organização, bem como as competências técnicas e comportamentais consideradas fundamentais para a execução das tarefas que serão atribuídas aos novos colaboradores e estagiários. Inicialmente, foram abordados conceitos técnicos e normativos relevantes para as áreas da auditoria e

contabilidade, com a finalidade de reforçar e consolidar os conhecimentos prévios adquiridos ao longo da formação acadêmica, para que os novos colaboradores e estagiários estejam preparados para a sua aplicação prática em contexto profissional.

Posteriormente, foi realizada uma apresentação detalhada das ferramentas de trabalho adotadas pela SVTM, nomeadamente os programas de auditoria. Entre estes, destaca-se o ASD Audit, amplamente utilizado na entidade para o planeamento, a execução e a documentação dos trabalhos de auditoria. A familiarização com este programa constituiu um passo fundamental para o desempenho das futuras tarefas, permitindo compreender de que forma a tecnologia é integrada nos processos de controlo, análise e validação da informação financeira.

Esta fase inicial de adaptação revelou-se determinante para o sucesso da experiência de estágio, uma vez que permitiu estabelecer uma base sólida de conhecimento sobre o funcionamento interno da organização e sobre as práticas adotadas. Além disso, foi capaz de proporcionar uma integração gradual e eficiente na equipa, para que seja favorecida a colaboração, a responsabilidade e o compromisso com os padrões de qualidade exigidos pela profissão de auditor.

3.3 Ferramentas de trabalho utilizadas

Um dos aspetos mais relevantes observados durante o estágio foi o uso de ferramentas tecnológicas inovadoras que a SVTM tem vindo a adotar no seu processo de auditoria. A digitalização das metodologias de trabalho reflete o esforço da firma em alinhar-se com as tendências internacionais da profissão, que privilegiam a automação, a integração de dados e o aumento da eficiência operacional.

3.3.1 ASD Audit (Cloud)

A principal ferramenta utilizada pela entidade para a realização do trabalho de auditoria é um *software* especializado, que permite a gestão, a execução e a documentação dos processos de auditoria, de forma integrada e segura. No caso da SVTM, o sistema adotado é o ASD Audit, uma plataforma digital concebida para otimizar e automatizar as diversas etapas do processo de auditoria financeira.

O ASD Audit é um *software* de auditoria que se distingue pela sua flexibilidade e acessibilidade, possibilitando o acesso remoto a partir de qualquer localização, sem restrições, o que facilita o trabalho colaborativo e assegura a continuidade das operações,

independentemente do local físico de trabalho. A ferramenta disponibiliza uma ampla gama de funcionalidades, concebidas para garantir a máxima eficácia e eficiência na execução das tarefas, e simultaneamente o cumprimento das normas profissionais e legais aplicáveis à auditoria.

Em consonância com os avanços tecnológicos e as exigências do setor, o ASD Audit tem vindo a evoluir de forma contínua incorporando novas funcionalidades e melhorias que procuram acompanhar o ritmo acelerado da transformação digital no domínio da auditoria. Atualmente, as sociedades de auditoria procuram digitalizar e automatizar os seus processos internos, de forma a reduzir o tempo de execução das tarefas, e simultaneamente, aumentar a precisão, a fiabilidade e a qualidade dos resultados obtidos.

Entre as principais funcionalidades do ASD Audit, destacam-se:

- A simplificação e organização da introdução de dados, de forma a reduzir erros e a melhorar a rastreabilidade da informação;
- A análise automática e estruturada das informações financeiras, para facilitar a identificação de incoerências e anomalias;
- O planeamento e construção dos programas de trabalho, com a definição das etapas e dos procedimentos a seguir;
- A integração de documentação e evidencia de trabalhos de auditoria de forma digital e segura;
- A emissão de relatórios e pareceres de auditoria, de acordo com os normativos em vigor.

Posto isto, o ASD Audit é uma ferramenta essencial no quotidiano de um profissional na SVTM, visto que permite aumentar a produtividade das equipas, uniformizar os procedimentos e assegurar a conformidade com as normas internacionais de auditoria. A sua utilização representa uma melhoria operacional, mas também um passo significativo na modernização e digitalização nas práticas de auditoria, acompanhando as tendências de inovação e transformação digital que atualmente caracterizam o setor financeiro.

3.3.2 Microsoft Excel

O Microsoft Excel continua a ser uma das ferramentas mais utilizadas na prática de auditoria, desempenhando um papel fundamental no tratamento, análise e interpretação de grandes volumes de dados financeiros. Embora se trate de uma aplicação de carácter

genérico, o seu elevado grau de versatilidade, associado à capacidade de automatizar tarefas, de cruzar informação e de efetuar cálculos complexos, faz do Excel um instrumento de apoio indispensável ao auditor moderno.

Durante o estágio na SVTM, foi possível constatar que o Excel é utilizado de forma intensiva em praticamente todas as fases do processo de auditoria. Na fase de planeamento, é frequentemente utilizado para organizar listas de clientes e fornecedores, planificar amostras, consolidar saldos e construir matrizes de risco. Na fase de execução, assume um papel ainda mais relevante, sendo aplicado na realização de testes substantivos e analíticos, na reconciliação de contas, na análise de rácios financeiros e na deteção de inconsistências.

Uma das vantagens mais significativas do Excel é a sua capacidade de integração e manipulação de dados provenientes de diferentes fontes, o que permite ao auditor importar balancetes, extratos contabilísticos e bases de dados diretamente dos sistemas informáticos das empresas. A partir daí, é possível aplicar filtros, funções e fórmulas dinâmicas que facilitam a análise comparativa entre exercícios, a identificação de variações anómalas e o cálculo de indicadores financeiros relevantes.

O Excel também desempenha um papel crucial na documentação e rastreabilidade do trabalho de auditoria. Através de folhas de cálculo devidamente estruturadas, é possível registar e arquivar os procedimentos efetuados, mantendo um rasto claro das verificações realizadas. Esta prática contribui para a transparência e para o controlo de qualidade interno, uma vez que permite que outros membros da equipa revisem os cálculos e validem os resultados obtidos.

Para além do seu uso tradicional, o Excel tem vindo a ser reconhecido como uma ferramenta inovadora, em virtude das suas funcionalidades avançadas. Entre as mais relevantes destacam-se o Power Query e o Power Pivot, que possibilitam a criação de modelos de dados complexos e automatizados, bem como a ligação a bases de dados externas e a consolidação de grandes quantidades de informação. Estas funcionalidades aproximam o Excel de *softwares* de auditoria especializados, permitindo que os auditores realizem análises de dados mais abrangentes sem necessidade de recorrer a ferramentas externas.

Outra dimensão inovadora é o uso do Excel na automatização de testes de auditoria. Através de macros e fórmulas condicionais, é possível reduzir o tempo de execução de

tarefas repetitivas, como o cruzamento de listas, a conferência de saldos ou a verificação de somatórios. Esta automatização não apenas melhora a eficiência operacional, como também diminui o risco de erro humano, reforçando a fiabilidade do trabalho de campo.

Durante o estágio, o Excel foi amplamente utilizado para efetuar circularizações, verificar movimentos contabilísticos e realizar análises comparativas de contas, nomeadamente através do uso de tabelas dinâmicas, funções como *VLOOKUP* e *SUMIF*, bem como a aplicação de filtros automáticos e validações cruzadas. Estas ferramentas facilitaram o processo de revisão de documentos e contribuíram para uma melhor compreensão dos fluxos financeiros das entidades auditadas.

O carácter inovador do Excel na auditoria não se traduz apenas na tecnologia em si, mas na forma como potencia a capacidade analítica e o julgamento profissional do auditor. A possibilidade de testar diferentes cenários, construir análises preditivas e verificar rapidamente hipóteses contabilísticas confere ao profissional uma maior autonomia e rapidez na tomada de decisões. Assim, o Excel constitui não apenas um instrumento de apoio, mas um verdadeiro facilitador da inovação e da transformação digital na auditoria, ao permitir que a tecnologia complemente o raciocínio crítico e a experiência do auditor.

Em síntese, o Microsoft Excel representa um elo entre a metodologia tradicional da auditoria e as novas práticas baseadas em análise de dados e automatização. A sua utilização sistemática na SVTM evidencia a importância crescente das competências tecnológicas no exercício da profissão, reforçando a necessidade de os auditores desenvolverem conhecimentos avançados em ferramentas digitais, de modo a acompanharem as exigências de uma auditoria moderna, eficiente e digitalmente integrada.

3.3.3 Microsoft Teams

A crescente digitalização das práticas profissionais trouxe profundas alterações à forma como as equipas de auditoria comunicam, colaboram e partilham informação. No contexto de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, onde o trabalho em equipa e a gestão eficiente da comunicação são fatores críticos de sucesso, o Microsoft Teams assumiu um papel central como plataforma de colaboração digital.

Durante o estágio na SVTM, foi possível constatar que o Microsoft Teams constitui uma das ferramentas de trabalho mais relevantes na organização e coordenação das equipas de auditoria. Esta aplicação, integrada no ecossistema Microsoft 365, permite combinar funcionalidades de mensagens instantâneas, videoconferência, partilha de ficheiros e integração com outras aplicações, tornando-se um ambiente colaborativo completo e seguro.

A utilização do Teams revela-se particularmente importante no contexto da auditoria, em que a informação é frequentemente sensível e em que a comunicação entre membros da equipa deve ser contínua, organizada e devidamente documentada. Através da criação de canais específicos para cada cliente ou missão de auditoria, é possível centralizar toda a comunicação, partilhar documentos de forma segura e manter um histórico acessível de decisões e discussões relevantes. Este modelo de trabalho reduz o risco de perda de informação, promove a transparência na troca de dados e facilita a coordenação entre auditores *seniors, juniores e trainees*.

Além da vertente de comunicação, o Microsoft Teams desempenha um papel essencial na planificação e monitorização do trabalho de auditoria. A integração com outras aplicações, como o Microsoft Planner, o SharePoint e o OneDrive, permite definir tarefas, atribuir responsabilidades, acompanhar prazos e controlar o progresso das atividades. Esta integração tecnológica contribui para uma gestão mais estruturada dos projetos e para a rastreabilidade das ações desenvolvidas, assegurando que todos os membros da equipa dispõem de informação atualizada e consistente.

No período de estágio, verificou-se que o uso do Teams facilitou significativamente a comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos da SVTM, permitindo o contacto direto com revisores e colaboradores, mesmo em situações de trabalho remoto. A possibilidade de realizar reuniões virtuais, de partilhar e editar documentos em tempo real e de aceder a informações a partir de qualquer dispositivo aumentou a flexibilidade e a produtividade das equipas.

Outro aspeto relevante prende-se com a segurança da informação, requisito fundamental na atividade de auditoria. O Microsoft Teams utiliza protocolos de encriptação e controlo de acesso que garantem a confidencialidade dos dados partilhados, estando em conformidade com as exigências do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Esta segurança é especialmente importante quando se trata de ficheiros

que contêm demonstrações financeiras, evidência de auditoria ou correspondência sensível com os clientes.

A adoção do Teams representa, portanto, um passo significativo na transformação digital das sociedades de revisores oficiais de contas, contribuindo para uma maior integração tecnológica, uma comunicação mais eficaz e uma gestão de equipas mais ágil e colaborativa. Para além de facilitar o trabalho à distância, esta ferramenta permite otimizar o tempo de resposta e assegurar uma coordenação eficiente em auditorias que envolvem múltiplos intervenientes, clientes e prazos simultâneos.

Em termos estratégicos, o Microsoft Teams contribui para a modernização dos processos de auditoria, reforçando a eficiência operacional e a coesão entre os membros da equipa. A sua utilização na SVTM reflete a aposta da sociedade em tecnologias colaborativas seguras e adaptáveis, que não apenas aumentam a produtividade, mas também garantem uma comunicação transparente e rastreável, em linha com as exigências de rigor e confidencialidade da profissão.

3.3.4 PEPData

A crescente complexidade do ambiente regulatório e o reforço das exigências legais em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo impuseram às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas a adoção de mecanismos de diligência cada vez mais rigorosos. Neste contexto, o PEPData assume um papel relevante no processo de aceitação e continuidade de clientes, constituindo uma ferramenta essencial de apoio à gestão do risco e à conformidade legal dentro da atividade de auditoria.

O PEPData é uma plataforma eletrónica que agrega informação proveniente de diversas bases de dados nacionais e internacionais, incluindo listas de Pessoas Politicamente Expostas (PEP), entidades sancionadas, pessoas e organizações sob investigação e outras fontes públicas de risco reputacional. O sistema permite, de forma rápida e automatizada, verificar se os clientes, beneficiários efetivos ou partes relacionadas constam dessas listas, apoiando o auditor no cumprimento das suas obrigações de diligência previstas na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece as medidas de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a Diretiva (UE) 2015/849.

Durante o estágio na SVTM, foi possível observar a aplicação prática do PEPData como parte integrante do processo de aceitação de clientes. Antes do início de cada trabalho de auditoria, a equipa insere o nome ou o número de identificação fiscal (NIF) da entidade a auditar na plataforma, gerando automaticamente um relatório de verificação. Este relatório indicava se existiam correspondências em bases de dados relevantes, permitindo identificar eventuais situações de risco acrescido. Em caso de resultado positivo ou inconclusivo, eram realizados procedimentos complementares, como a recolha de documentação adicional ou a obtenção de declarações formais junto do cliente, assegurando o cumprimento das normas de diligência reforçada.

A utilização do PEPData representa uma inovação significativa no contexto da auditoria, ao substituir os antigos processos manuais de verificação, muitas vezes morosos e suscetíveis a falhas humanas, por um sistema digital automatizado, fiável e facilmente auditável. Esta automatização permite não apenas reduzir o tempo despendido na fase de aceitação, mas também garantir uniformidade e consistência nos procedimentos de verificação, assegurando que todas as equipas de auditoria aplicam os mesmos critérios e padrões de análise de risco.

Para além de cumprir uma função de *compliance* regulatória, o PEPData contribui diretamente para o planeamento e avaliação de risco da auditoria. A informação recolhida através da plataforma permite ao auditor ajustar a estratégia de auditoria em função do nível de risco associado ao cliente, podendo, por exemplo, reforçar os procedimentos substantivos ou a frequência das revisões analíticas quando se identifica exposição a riscos reputacionais ou de integridade. Assim, o PEPData deixa de ser apenas uma ferramenta de verificação formal, passando a integrar-se no processo de avaliação global do risco de auditoria e de planeamento dos procedimentos subsequentes.

Durante o estágio, verificou-se que os relatórios gerados pelo PEPData eram arquivados e documentados nos papéis de trabalho, assegurando a rastreabilidade e a transparência das diligências realizadas. Esta prática é fundamental para demonstrar o cumprimento das exigências impostas pelos organismos de supervisão, como a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), que exigem evidência objetiva das verificações efetuadas no âmbito das normas de ética e independência profissional.

Em termos operacionais, o PEPData distingue-se pelas suas vantagens de eficiência, fiabilidade e padronização. A pesquisa centralizada e automatizada permite eliminar redundâncias, minimizar o erro humano e assegurar a atualização permanente das listas de controlo. A integração desta ferramenta no processo de auditoria demonstra a capacidade das SROC em incorporar soluções tecnológicas orientadas para a gestão do risco, reforçando o compromisso com a transparência, a ética e a qualidade do serviço prestado.

Em síntese, o PEPDATA constitui um instrumento essencial de apoio à auditoria contemporânea, ao aliar a tecnologia à necessidade de rigor e conformidade. A sua utilização na SVTM evidencia uma prática profissional responsável e alinhada com as exigências legais e éticas da profissão, contribuindo para a mitigação de riscos, o reforço da credibilidade das conclusões do auditor e o fortalecimento da confiança dos *stakeholders* nas entidades auditadas.

3.4 Atividades desenvolvidas durante o estágio

O estágio curricular realizado na SVTM, permitiu um contacto direto com o funcionamento de uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas (ROC) e com a realidade prática da profissão de auditor. Esta experiência revelou-se determinante para consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e compreender a forma como as normas, metodologias e procedimentos de auditoria são aplicados no contexto real das empresas auditadas.

Durante o período de estágio, foi possível acompanhar as diferentes fases do processo de auditoria, desde o planeamento e avaliação de risco, passando pela execução dos testes de auditoria, até à emissão dos relatórios e conclusões finais. Em cada uma destas etapas, o estagiário desempenhou funções de apoio à equipa de auditoria, colaborando na análise documental, no preenchimento de papéis de trabalho, na recolha de evidência e na organização de informação relevante para a formação da opinião do auditor.

3.4.1 Planeamento da auditoria e avaliação do controlo interno

A fase de planeamento constitui um dos momentos mais relevantes do processo de auditoria, uma vez que permite definir a estratégia global de intervenção, identificar os riscos significativos e determinar a natureza, a extensão e o momento de realização dos procedimentos de auditoria. Esta fase visa compreender em profundidade a entidade

auditada, o seu ambiente de controlo, o enquadramento económico e setorial em que opera e as políticas contabilísticas que adota.

No decurso do estágio, foi possível observar que a SVTM inicia cada execução de auditoria com uma análise detalhada das características da empresa cliente e do seu sistema contabilístico e de controlo interno. Embora nem sempre tenha sido atribuída ao estagiário a responsabilidade direta pela execução integral desta avaliação, foi possível acompanhar o modo como a equipa de auditoria realiza esta tarefa e compreender a sua importância para o planeamento dos trabalhos subsequentes.

A avaliação do sistema de controlo interno (SCI) constitui uma etapa essencial deste processo. O controlo interno corresponde ao conjunto de políticas, procedimentos e mecanismos implementados por uma entidade para garantir a fiabilidade da informação financeira, a salvaguarda dos ativos, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares. O auditor, ao analisar o SCI, procura avaliar se os controlos estão adequadamente desenhados e implementados, bem como a sua eficácia na prevenção e deteção de erros ou irregularidades.

Na SVTM esta avaliação é realizada através da aplicação de procedimentos de controlo interno, da análise de fluxogramas de processos e do exame das rotinas contabilísticas e operacionais das entidades auditadas. São analisados aspetos como a segregação de funções, os níveis de autorização, o circuito de aprovação de faturas, os procedimentos de reconciliação bancária, o controlo de existências e as políticas de registo contabilístico. Quando são identificadas falhas ou deficiências relevantes, a equipa propõe recomendações de melhoria, que posteriormente são comunicadas à administração da entidade através da carta de Controlo Interno.

Nas empresas que apresentam um elevado grau de informatização, a avaliação do controlo interno inclui também a análise dos sistemas informáticos e dos controlos automáticos implementados. São observadas as permissões de acesso, a segregação de perfis de utilizador, a fiabilidade dos backups e a segurança dos dados. Esta vertente é particularmente importante num contexto de crescente digitalização, em que a automatização de processos pode reduzir o erro humano, mas simultaneamente introduzir novos riscos, nomeadamente de natureza tecnológica.

Com base nas conclusões desta fase, a equipa de auditoria define as áreas de maior risco e os procedimentos de auditoria específicos a aplicar, ajustando a amostra, a

extensão e o momento da realização dos testes. Assim, a avaliação do sistema de controlo interno não constitui um fim em si mesma, mas um instrumento de planeamento e de apoio à tomada de decisão, fundamental para garantir a eficiência e a eficácia da auditoria.

3.4.1.1 Avaliação do sistema de controlo interno

A avaliação do sistema de controlo interno constitui uma etapa fundamental do planeamento de qualquer auditoria financeira, uma vez que permite compreender o ambiente organizacional da entidade auditada e identificar as áreas de maior risco de distorção material. O controlo interno compreende o conjunto de políticas, procedimentos e mecanismos de verificação implementados pela administração de uma empresa com o objetivo de assegurar a fiabilidade da informação financeira, a salvaguarda dos ativos e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Durante o estágio na SVTM, foi possível compreender de que forma esta avaliação se integra na metodologia global da firma e como influencia a definição da estratégia de auditoria a adotar. A equipa de auditoria inicia este processo com uma análise preliminar do ambiente de controlo da entidade, recorrendo a questionários normalizados, à observação direta dos processos e à consulta de documentação interna. O objetivo consiste em obter um entendimento suficiente sobre a estrutura de controlo existente, identificando eventuais deficiências e avaliando o grau de confiança que pode ser depositado nos procedimentos implementados pela empresa.

Contudo, a SVTM não opta, regra geral, por seguir uma estratégia de confiança nos controlos internos. Esta decisão resulta de uma avaliação crítica de diversos fatores, entre os quais as características do cliente, o grau de maturidade e formalização dos controlos existentes e, em muitos casos, os constrangimentos de tempo associados ao calendário de auditoria. Conforme se encontra documentado nos papéis de trabalho de planeamento, *“dadas as características do cliente e os constrangimentos de tempo, optou-se por não seguir uma estratégia de confiança nos controlos”*.

Esta abordagem implica que, em vez de testar e validar a eficácia dos controlos internos para reduzir a extensão dos testes substantivos, a equipa de auditoria assume uma estratégia de não confiança nos controlos, executando procedimentos adicionais e testes substantivos mais extensos para obter evidência suficiente e apropriada. Esta opção é comum em clientes de menor dimensão, em entidades com processos informais ou em

contextos em que o custo-benefício de testar o controlo interno seria desproporcional face ao impacto esperado na auditoria.

Apesar de não se adotar uma estratégia de confiança, a compreensão do sistema de controlo interno não é dispensada. A equipa documenta os principais circuitos operacionais, identifica pontos de risco e descreve as atividades de controlo relevantes, mesmo que não sejam objeto de teste formal. Este entendimento é essencial para suportar a avaliação global do risco de auditoria e orientar a definição da natureza, extensão e momento dos procedimentos substantivos.

Durante o estágio, foi possível acompanhar esta abordagem em diversos trabalhos, constatando que, após a análise preliminar dos fluxos de compras, vendas e tesouraria, a equipa concluiu que os controlos existentes eram essencialmente informais, baseados na intervenção direta da gestão, sem documentação estruturada ou mecanismos automáticos de validação. Perante este contexto, a equipa optou por executar mais trabalho substantivo, reforçando os testes de detalhe às contas mais relevantes, as reconciliações bancárias, as circularizações e a verificação documental de transações.

Esta opção metodológica revela uma postura prudente e profissional, que privilegia a obtenção direta de evidência de auditoria em detrimento da dependência de controlos cujo funcionamento não está plenamente demonstrado. Ao executar um volume mais elevado de testes substantivos, o auditor consegue mitigar os riscos e obter segurança razoável sobre a veracidade das demonstrações financeiras, ainda que à custa de um maior investimento de tempo e recursos.

Em suma, a avaliação do sistema de controlo interno nas entidades auditadas pela SVTM é sempre realizada de forma a garantir uma compreensão adequada do ambiente de controlo, ainda que, na maioria dos casos, não se opte por confiar nos mecanismos internos existentes. Esta estratégia reforça a independência e o ceticismo profissional do auditor e assegura que a opinião emitida assenta em evidência suficiente e apropriada, recolhida através de procedimentos substantivos rigorosos e documentados.

3.4.1.2 Fluxogramas de processos

A avaliação do sistema de controlo interno das entidades auditadas implica, entre outras etapas, a compreensão e mapeamento dos fluxos operacionais e contabilísticos que suportam as principais transações da empresa. Para esse efeito, a SVTM recorre

frequentemente à elaboração e análise de fluxogramas de processos, que constituem instrumentos visuais de representação das atividades, decisões e documentos envolvidos em cada circuito empresarial.

Os fluxogramas são fundamentais na fase de planeamento da auditoria, pois permitem ao auditor visualizar de forma estruturada o percurso de uma operação, desde a sua origem até ao seu registo contabilístico, identificando os intervenientes, os pontos de controlo e as potenciais fragilidades do sistema. Através deste instrumento, é possível avaliar a existência e a eficácia dos controlos internos, bem como verificar se as responsabilidades estão devidamente segregadas e documentadas.

Durante o estágio, foi possível observar a aplicação desta metodologia em diversos clientes, com especial incidência nos circuitos de compras e de vendas, considerados áreas de risco significativo pela sua frequência e impacto nas demonstrações financeiras.

No processo de compras, o fluxograma descreve as etapas que se iniciam com a necessidade de aquisição de bens ou serviços e culminam com o respetivo pagamento. O procedimento típico compreende a emissão de uma requisição interna, a obtenção de cotações, a aprovação da compra pela direção, a receção da mercadoria, o registo da fatura do fornecedor e o pagamento. Em cada uma destas fases, o auditor analisa a existência de controlos adequados, nomeadamente a verificação da conformidade das faturas com as encomendas e as notas de receção, a separação entre quem autoriza e quem efetua o pagamento, e a validação das despesas por níveis hierárquicos distintos.

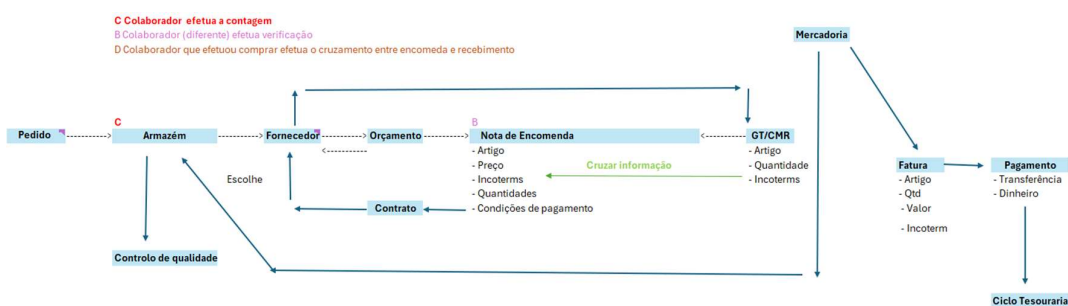


Figura 1- Exemplo de fluxograma de compras.

No processo de vendas, o fluxograma representa o percurso desde a receção da encomenda do cliente até à cobrança. Inclui, de forma sequencial, a emissão da fatura, a atualização de *stocks*, o registo da receita e a receção do pagamento. Através deste mapeamento, o auditor avalia se existem mecanismos eficazes de controlo e autorização,

como a confirmação da entrega de bens antes da faturação, a reconciliação periódica entre contas de clientes e contas de receitas, e a monitorização de saldos vencidos.

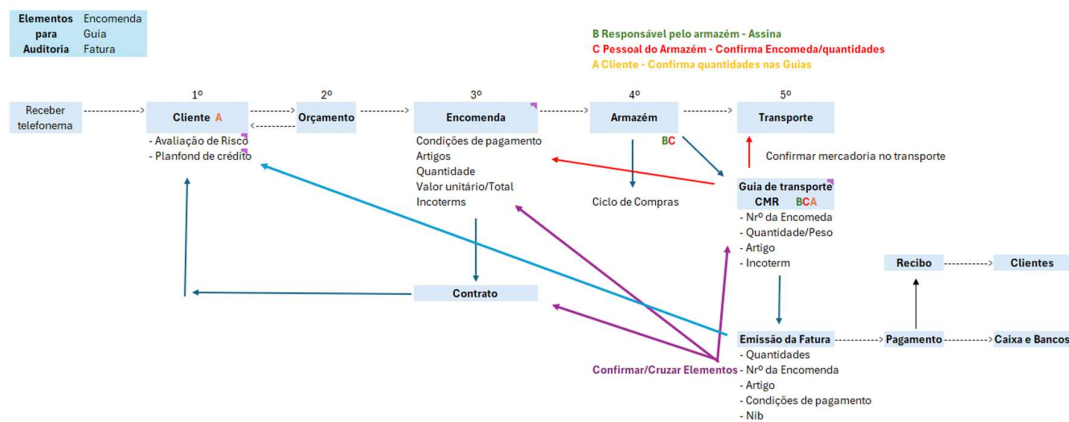


Figura 2 - Exemplo de fluxograma de vendas.

A construção destes fluxogramas permite identificar pontos críticos e potenciais falhas de controlo, como a ausência de aprovações formais, a inexistência de evidência documental ou a acumulação de funções incompatíveis. Sempre que se verificam fragilidades, a equipa de auditoria recomenda à administração a implementação de melhorias nos procedimentos internos, nomeadamente através da automatização de etapas, da introdução de duplos níveis de validação e do reforço da segregação de funções.

A utilização de fluxogramas revela-se, assim, uma ferramenta indispensável na compreensão do ambiente de controlo das empresas auditadas, permitindo ao auditor obter uma visão clara e integrada das operações e fundamentar a avaliação do risco e a seleção dos testes de auditoria. Para além de contribuir para a transparência e uniformização do processo, esta prática reforça a eficiência do trabalho de campo e promove uma comunicação mais clara entre os membros da equipa de auditoria.

Em suma, os fluxogramas de processos, nomeadamente os referentes aos circuitos de compras e vendas, desempenham um papel determinante na análise e documentação do controlo interno. A sua elaboração e interpretação permitem ao auditor detetar eventuais deficiências nos sistemas, propor medidas de melhoria e garantir uma auditoria mais eficaz, coerente e alinhada com as melhores práticas profissionais.

3.4.2 Preparação do trabalho

O primeiro passo no desenvolvimento do trabalho de auditoria consiste no recebimento e tratamento do ficheiro SAF-T (*Standard Audit File for Tax Purposes*), o

qual é disponibilizado pelos clientes da entidade. Este ficheiro constitui um elemento essencial para o planeamento e execução das auditorias, uma vez que contém informação contabilística e fiscal da entidade auditada.

O SAF-T é um ficheiro eletrónico, geralmente em formato XML, que integra um conjunto de registos contabilísticos e fiscais, que são extraídos diretamente do *software* de contabilidade das empresas auditadas. Em Portugal, este ficheiro serve ainda, para comunicar periodicamente a informação financeira e fiscal à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), de forma a controlar e verificar a conformidade dos registos contabilísticos.

O principal objetivo do ficheiro SAF-T consiste em uniformizar a estrutura da informação contabilística e fiscal, de modo a facilitar o processo de auditoria, a simplificar a fiscalização tributária e a contribuir para o combate à fraude fiscal. A existência de um ficheiro com o formato padronizado permite que os dados possam ser facilmente importados e analisados pelos programas de auditoria, sem que ocorram divergências relativamente à base de dados original.

Após o recebimento do ficheiro SAF-T, procede-se à sua importação no programa ASD Audit, como referido anteriormente é a ferramenta utilizada pela SVTM para a realização dos trabalhos de auditoria financeira. Aquando do término da importação do ficheiro, torna-se possível aceder de forma sistematizada a toda a informação contabilística do cliente objeto de auditoria, como por exemplo, os balancetes, os registos, os diários, os documentos, os movimentos das contas, entre outros.

Esta é a primeira fase crítica do processo de auditoria, de extrema relevância, pois possibilita ao auditor efetuar a sua primeira leitura e análise dos dados, podendo identificar eventuais anomalias ou incoerências contabilísticas, e proceder à seleção das amostras representativas para uma análise mais aprofundada nas fases subsequentes do trabalho. Assim sendo, a preparação adequada dos dados é um requisito fundamental para assegurar o rigor e a fiabilidade da auditoria, garantindo que as conclusões e relatórios emitidos se baseiam em informação precisa e devidamente validada.

Após a importação e a validação do ficheiro, inicia-se o processo de análise preliminar, que compreende a verificação da coerência das demonstrações financeiras, a avaliação do cumprimento das normas contabilísticas e fiscais aplicáveis, e por fim, a

identificação de áreas de risco que deverão ser alvo de análises mais detalhadas ao longo da auditoria.

3.4.3 Execução dos trabalhos de auditoria

3.4.3.1 Análise documental

A análise documental constitui um dos pilares fundamentais do trabalho de auditoria, sendo através dela que o auditor obtém uma parte substancial da evidência necessária para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras. Este procedimento envolve a verificação, exame e confrontação de documentos internos e externos da entidade auditada, com o objetivo de confirmar a autenticidade, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos.

Durante o estágio na SVTM, foi possível compreender a importância deste procedimento e acompanhar a sua aplicação nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente durante a execução dos testes substantivos. A análise documental incide sobre diversos tipos de evidência, incluindo faturas, recibos, contratos, comprovativos bancários, notas de crédito, folhas de salários e outros elementos de suporte que confirmam as transações registadas contabilisticamente.

Este processo requer rigor, organização e espírito crítico, uma vez que cada documento constitui um elemento probatório que deve ser coerente com a operação registada. A qualidade da auditoria depende, em grande medida, da fiabilidade da documentação obtida e da capacidade do auditor em detetar incoerências, omissões ou indícios de erro. Assim, a análise documental não se limita a uma mera verificação formal, mas implica uma apreciação substancial da natureza, oportunidade e razoabilidade das operações.

Na prática, este procedimento é frequentemente associado à seleção de amostras representativas das populações contabilísticas mais relevantes — por exemplo, faturas de compras, vendas ou despesas. Para cada item selecionado, o auditor solicita à entidade auditada a disponibilização dos documentos de suporte, que são posteriormente comparados com os lançamentos contabilísticos e com os critérios de reconhecimento previstos nas normas contabilísticas aplicáveis.

Um dos aspetos mais inovadores observados durante o estágio prende-se com o uso de tecnologia no processo de análise documental, nomeadamente através do *software*

ASD Audit, utilizado pela SVTM. Esta plataforma integra um mecanismo automatizado de correspondência documental, que permite relacionar de forma imediata os documentos recebidos da entidade com os respetivos lançamentos contabilísticos incluídos na amostra de auditoria.

De forma prática, quando a empresa auditada envia os documentos em formato PDF, o programa ASD Audit procede à leitura e identificação dos ficheiros, reconhecendo automaticamente elementos-chave, como o número da fatura, o valor, a data e o fornecedor. Com base nesses dados, o programa associa o documento ao lançamento contabilístico correspondente na amostra de teste. Esta correspondência automática é registada no próprio papel de trabalho digital, eliminando a necessidade de associação manual e reduzindo o risco de erro humano.

Esta funcionalidade representa uma inovação significativa na metodologia de auditoria, pois permite otimizar o tempo dedicado à recolha e verificação documental, libertando os auditores para tarefas de análise crítica e interpretação de resultados. Além disso, reforça a rastreabilidade e fiabilidade da evidência de auditoria, uma vez que o processo de correspondência é totalmente documentado e auditável dentro da aplicação.

Durante o estágio, foi possível observar a aplicação prática desta funcionalidade em auditorias a entidades de diferentes dimensões, verificando-se que o sistema reduziu substancialmente o tempo médio de análise das amostras e aumentou a eficiência global do processo. Este procedimento inovador contribuiu ainda para uma maior organização da documentação de suporte, uma vez que todos os ficheiros ficaram automaticamente associados à amostra e arquivados de forma estruturada dentro do sistema digital.

A introdução de soluções como esta no ASD Audit ilustra a transformação digital que atravessa a profissão de auditor, permitindo automatizar tarefas repetitivas, reduzir a margem de erro e aumentar o nível de fiabilidade da informação analisada. Ao mesmo tempo, evidencia a importância da integração entre tecnologia e julgamento profissional, pois, embora os sistemas digitais facilitem a verificação, é o auditor que deve interpretar criticamente a evidência obtida e formular conclusões fundamentadas.

Em síntese, a análise documental, tradicionalmente manual e morosa, tem vindo a ser profundamente transformada pela incorporação de ferramentas digitais de apoio à auditoria.

3.4.3.2 Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) correspondem aos bens físicos detidos por uma entidade, utilizados de forma contínua na sua atividade operacional, seja para a produção ou fornecimento de bens e serviços, para fins administrativos, entre outros, e cuja vida útil esperada exceda um período de relato financeiro. De acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 7 – Ativos Fixos Tangíveis, os ativos devem ser reconhecidos quando seja provável que deles resultem benefícios económicos futuros e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No âmbito do trabalho de auditoria a esta rubrica, o processo inicia-se com a obtenção e verificação da informação patrimonial da entidade auditada, nomeadamente através dos mapas do património predial e da listagem de veículos, disponíveis no portal da AT. O património predial compreende a relação de todos os prédios urbanos e rústicos comunicados à AT como propriedade da entidade, enquanto a listagem de veículos, identifica as viaturas registadas em nome da entidade, sendo estes elementos fundamentais para confirmar a existência e titularidade dos ativos.

Após a recolha desta informação, procede-se à comparação entre as listagens obtidas no portal da AT e os registos contabilísticos constantes na contabilidade da entidade auditada. Este procedimento tem como objetivo assegurar que todos os bens estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras, garantindo a integridade e fiabilidade do registo contabilístico. No caso da listagem de veículos, é ainda possível verificar o cumprimento das obrigações fiscais associadas, nomeadamente a liquidação do Imposto Único de Circulação (IUC), de modo a assegurar que os montantes pagos correspondem efetivamente a viaturas detidas pela entidade e que estão devidamente reconhecidas contabilisticamente.

Através do programa de auditoria ASD Audit, é possível extrair e analisar os movimentos contabilísticos registados exclusivamente no período em análise, o que permite identificar as aquisições, as alienações e os abates ocorridos durante o exercício. A partir desta informação, procede-se à elaboração de uma amostragem dos movimentos, normalmente abrangendo a totalidade das operações incorridas no período, exceto em casos excecionais em que o volume de transações seja demasiado elevado.

De seguida, realiza-se a análise documental dos movimentos selecionados, procedendo-se à verificação dos documentos de suporte, de modo a confirmar a

existência, a valorização e a propriedade dos ativos. Este procedimento procura garantir que todas as transações referentes aos AFT estão devidamente documentadas, registadas e valorizadas de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis.

Por último, acede-se à Modelo 32 – Mapa de Amortizações e Depreciações, que se trata de um documento fiscal disponibilizado pela contabilidade da entidade e que contém o registo detalhado de todos os ativos imobilizados, bem como as depreciações acumuladas e do período. Este mapa inclui a informação essencial, como as taxas de depreciação aplicadas, as depreciações aceites fiscalmente em períodos anteriores e os valores de aquisição. A análise efetuada nesta rubrica, consiste no recálculo das depreciações do período e dos períodos anteriores, com base nas taxas fiscalmente aceites constantes no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, que define as taxas máximas de depreciação aplicáveis a cada tipo de bem. O procedimento em questão tem como finalidade verificar a conformidade entre os valores apurados pela entidade e os valores que resultam do cálculo independente do auditor, para assegurar que as depreciações registadas estão corretas, devidamente fundamentadas e em conformidade com as normas contabilísticas e fiscais em vigor.

Em suma, a auditoria aos AFT visa confirmar a existência, a propriedade, a valorização e correta mensuração dos bens imobilizados, para garantir que estes estão refletidos nas demonstrações financeiras de forma fidedigna, consistente e transparente, contribuindo para a fiabilidade global da informação financeira reportada pela entidade.

Relativamente aos Ativos Intangíveis (AI), o trabalho realizado segue os mesmos procedimentos aplicados aos Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que o objetivo é igualmente verificar a existência, valorização, mensuração e correta contabilização dos bens registados. Assim, procede-se à análise dos movimentos contabilísticos do período, à verificação documental e ao recálculo das amortizações, assegurando que os ativos intangíveis se encontram reconhecidos e valorizados de acordo com as normas contabilísticas e fiscais em vigor.

3.4.3.3 Inventários

Os inventários de uma entidade correspondem ao registo detalhado de todos os bens físicos detidos pela empresa (matérias-primas, mercadorias, produtos acabados, entre outros). Estes bens destinam-se, regra geral, à venda, à utilização no processo produtivo ou à prestação de serviços. A correta mensuração e valorização dos inventários é

fundamental para assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras, uma vez que esta rubrica influencia diretamente o resultado líquido do exercício e o valor do ativo corrente. Os aspetos de maior relevância nesta rubrica incluem o controlo de existências, a identificação de quebras, as sobras ou deteriorações e a coerência entre os registos contabilísticos e o *stock* físico efetivamente existente.

A auditoria à rubrica de inventários exige a presença física dos auditores nas instalações da entidade, essencialmente no final do exercício económico, uma vez que, as demonstrações financeiras refletem o stock existente na data de fecho. Os auditores agendam as contagens para uma data o mais próxima possível do 31 de dezembro, de modo a assegurar que a informação obtida representa a realidade patrimonial. Para este procedimento, a equipa de auditoria acompanha e supervisiona as contagens físicas realizadas pela entidade auditada, com o objetivo de validar a exatidão das quantidades e a valorização dos bens presentes em *stock*.

O procedimento de validação de inventário pode assumir duas modalidades distintas. A primeira consiste na realização de contagens com base na amostragem, em que o auditor seleciona um conjunto de artigos representativos com base na materialidade definida e em critérios de relevância e risco, de modo a proceder à verificação física parcial. A segunda modalidade diz respeito ao acompanhamento integral da contagem de inventário, que pode ser efetuada em conjunto com a equipa da entidade, com vista a confirmar a existência e integridade de todos os artigos registados.

Para a execução deste trabalho, o cliente deve fornecer previamente a listagem completa do inventário total, que servirá como base para a seleção da amostra. Posteriormente, o auditor realiza a contagem física dos artigos selecionados, sendo habitualmente acompanhado pelo responsável do armazém, que detém o conhecimento sobre a localização e movimentação dos produtos. Durante a contagem, o auditor regista as quantidades observadas e eventuais observações relevantes, como a conservação de certos bens, as unidades de medida utilizadas, as diferenças detetadas, os artigos obsoletos, entre outros, sendo que estes apontamentos podem ser realizados em listas em suporte papel ou digital.

O teste às contagens físicas tem como finalidade comprovar que a listagem de inventário fornecida pela entidade corresponde efetivamente ao *stock* existente nos armazéns. No entanto, caso sejam detetadas divergências entre as quantidades físicas e as

quantidades registadas contabilisticamente, deve-se reportar ao cliente para obter uma justificação e proceder-se à correção, para garantir a veracidade da informação contabilística.

Após a conclusão das contagens, é elaborado o relatório de contagens de inventário, no qual se cruza os resultados obtidos pela equipa de auditoria com os registos apresentados pela entidade. Este método permite simplificar a comparação entre ambas as listagens e identificar a existência de discrepâncias significativas, contribuindo para uma análise mais objetiva e rigorosa da rubrica.

Para além do teste às contagens físicas, sendo este o procedimento central da auditoria aos inventários, existem outros testes complementares que reforçam a validade da informação analisada, nomeadamente, o teste aos custos unitários, o teste de *late cut-off*, e o teste à rotação de inventários.

O teste aos custos unitários consiste na obtenção, e posterior análise das faturas de compra dos artigos selecionados, procedendo-se ao cruzamento entre o custo unitário registado na listagem de inventário e o custo efetivo constante nas faturas. Este procedimento permite verificar se os valores unitários utilizados pelo cliente estão corretos e atualizados, devendo proceder-se à respetiva correção contabilística sempre que sejam detetadas divergências relevantes.

O teste de *late cut-off* visa assegurar o reconhecimento adequado das transações no período contabilístico correto, através da verificação das últimas faturas de compra e venda do exercício. Neste teste, o auditor analisa os *incoterms* e as datas de expedição e receção das mercadorias, particularmente em operações internacionais, para determinar em que momento a responsabilidade e a posse da mercadoria são transferidas. Este procedimento é essencial para garantir que as existências e os custos associados estão corretamente refletidos nas demonstrações financeiras do período em análise.

Por último, o teste à rotação de inventários tem como objetivo avaliar a frequência e regularidade dos movimentos dos artigos em stock, identificando os produtos sem rotação ou com reduzida movimentação. Para tal, procede-se à comparação das listagens de inventário de diferentes períodos (por exemplo, entre 31/12/N e 31/12/N-1), de modo a detetar artigos cujas quantidades se mantêm inalteradas.

Nos casos em que são identificados bens obsoletos, danificados ou sem potencial de venda, o auditor deve propor o reconhecimento de perdas por imparidade de inventários, garantindo que o valor contábilístico dos mesmos não excede o seu valor realizável líquido.

Em suma, a auditoria à rubrica de inventários tem como finalidade principal validar a existência física, a correta valorização e a adequada mensuração dos bens em armazém, assegurando que estes se encontram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Trata-se de um procedimento essencial para garantir a fiabilidade, a integridade e a transparência da informação financeira, reforçando a credibilidade global do processo de auditoria.

3.4.3.4 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários integra as contas de Caixa, Depósitos à ordem e Outros depósitos bancários, como, por exemplo os Depósitos a prazo. Esta rubrica representa um dos elementos com maior liquidez nas demonstrações financeiras, sendo, por isso, essencial para a análise da posição financeira e da liquidez de uma entidade. O trabalho de auditoria desenvolvido nesta área tem como objetivo principal a validação da exatidão das contabilizações e a verificação da conformidade com as normas contábilísticas aplicáveis, nomeadamente a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e as Normas Internacionais de Auditoria (ISA 500 – Evidência de Auditoria).

O processo de verificação inicia-se com a auditoria à conta de Caixa, para a qual é solicitado ao cliente o mapa ou folha de caixa referente à data da análise, seja esta interina ou final, devidamente assinada pelo responsável pela tesouraria. Posteriormente, procede-se ao cruzamento do saldo presente na folha de caixa com os montantes registados na contabilidade, com o objetivo de garantir que ambos coincidem. Caso sejam detetadas divergências entre os montantes, o auditor deve solicitar ao cliente a justificação adequada, podendo recorrer a documentação adicional ou contagens físicas, sempre que necessário.

Relativamente à rubrica de Depósitos bancários, a validação é efetuada através da obtenção de provas externas independentes, emitidas diretamente pelas instituições bancárias. Para o efeito, é formulado um pedido de confirmação bancária a cada banco com o qual a entidade mantenha relações, para que este confirme os saldos das contas à data de referência. Este procedimento constitui uma evidência de auditoria fiável e

independente, permitindo ao auditor comparar os valores comunicados pela instituição financeira com os saldos contabilísticos registados. Para complementar, é habitual solicitar ao cliente o extrato contabilístico de cada conta bancária, correspondente à data de análise, para que se possa efetuar o cruzamento de saldos e detetar eventuais incongruências. Caso existam diferenças entre os saldos bancários e contabilísticos, o auditor solicita as reconciliações bancárias preparadas pela entidade, de modo a identificar e justificar as divergências. É igualmente importante verificar se as reconciliações foram elaboradas de forma tempestiva e devidamente aprovadas. Caso haja evidência de diferenças materialmente relevantes, o auditor deve comunicar formalmente ao cliente a necessidade de regularizar a situação, de modo a assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras. Este processo contribui para garantir que os saldos bancários refletem com exatidão os valores efetivamente disponíveis e que eventuais discrepâncias resultam de movimentos ainda não registados ou de erros pontuais devidamente justificados.

Por fim, procede-se à verificação através do cruzamento da informação bancária disponibilizada pelo Banco de Portugal (BdP), mediante a consulta do Mapa da Base de Dados de Contas Bancárias (BCB). Este mapa contém a listagem de todas as contas bancárias ativas associadas ao número de identificação fiscal da entidade, permitindo ao auditor confirmar a correspondência entre as contas registadas na contabilidade e as contas efetivamente existentes nas instituições bancárias.

Caso sejam identificadas contas bancárias abertas e não refletidas na contabilidade ou, inversamente, contas contabilizadas que não constem do BCB, é necessário questionar o cliente, solicitando esclarecimentos e documentação de suporte, de modo a garantir a plenitude e exatidão da informação financeira apresentada.

Em síntese, a auditoria à rubrica de Caixa e Depósitos Bancários tem como finalidade verificar a existência, exatidão e integridade dos saldos registados, assegurando que estes estão devidamente conciliados, suportados por evidência fiável e em conformidade com as normas contabilísticas e de auditoria em vigor. Trata-se de uma área sensível e de elevado risco de distorção, exigindo, por isso, uma abordagem rigorosa e cética por parte do auditor, de modo a garantir a transparência e a credibilidade da informação financeira reportada pela entidade.

3.4.3.5 Outras contas a receber

Neste ponto, é abordada a análise das contas a receber que não se encontram incluídas nas demais rubricas específicas de clientes ou devedores, nomeadamente a conta 272 – Devedores e Credores por Acréscimos. Esta rubrica assume particular relevância no encerramento de contas, uma vez que permite assegurar que todas as receitas e despesas são reconhecidas no período a que efetivamente dizem respeito, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios, consagrado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O trabalho desenvolvido nesta área inicia-se com a análise detalhada dos primeiros documentos emitidos no exercício seguinte, referentes a aquisições de bens ou prestações de serviços, com o objetivo de identificar eventuais despesas que, embora pagas ou faturadas posteriormente, digam respeito ao período em análise. Quando tal situação é detetada, o auditor recomenda o registo do correspondente acréscimo na conta 272, de modo a assegurar a correta imputação temporal dos custos e o cumprimento das normas contabilísticas. Um exemplo ilustrativo deste tipo de situação é o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que constitui um encargo referente ao exercício, mas cujo pagamento ocorre no período seguinte. Assim, é necessário proceder ao acréscimo contabilístico do valor correspondente, garantindo que o custo é reconhecido no exercício a que respeita, em conformidade com o regime do acréscimo (ou princípio competência económica).

Paralelamente, é igualmente efetuada a análise da estimativa de férias e do subsídio de férias dos colaboradores da entidade auditada. Este procedimento tem como finalidade assegurar o reconhecimento integral dos custos com pessoal correspondentes ao período, mesmo que o pagamento ocorra no exercício subsequente. Para o efeito, procede-se à consulta dos recibos de vencimento dos trabalhadores, determinando-se o vencimento base de cada colaborador e aplicando-se a taxa contributiva da Segurança Social suportada pela entidade empregadora. Com base nestes elementos, realiza-se o cálculo do acréscimo relativo às férias e subsídio de férias a reconhecer no exercício, refletindo, assim, o custo efetivo do trabalho prestado durante o período, mas que apenas será pago no ano seguinte.

Em síntese, o trabalho realizado nesta rubrica visa assegurar a correta imputação temporal dos rendimentos e gastos, garantindo que as demonstrações financeiras

apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da entidade e que os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

3.4.3.6 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos destina-se ao registo de gastos ou rendimentos que se referem a exercícios futuros, permitindo assegurar que os mesmos são reconhecidos no período a que efetivamente dizem respeito, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios, previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Este princípio estabelece que os efeitos das transações e outros acontecimentos devem ser reconhecidos contabilisticamente quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

O teste à rubrica de diferimentos é realizado no âmbito da análise documental, visando obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relativamente aos montantes registados. Para tal, são solicitados à entidade os documentos de suporte correspondentes, como as faturas, os contratos de serviços, os seguros, as rendas antecipadas, entre outros, de modo a comprovar que se referem a gastos ou rendimentos que dizem respeito ao exercício seguinte.

Entre os diferimentos analisados, são selecionados os montantes mais significativos, com base na materialidade definida e na relevância do seu impacto financeiro, procedendo-se à verificação e validação da sua correta imputação temporal.

A análise desta rubrica tem como finalidade confirmar a adequação da afetação temporal dos gastos e rendimentos, distinguindo entre montantes registados como gasto do exercício corrente e montantes diferidos para períodos posteriores, que apenas integrarão os resultados quando o benefício económico ou o serviço correspondente se concretizar.

Os documentos de suporte devem indicar de forma clara o período a que se referem, permitindo ao auditor recalculer os valores diferidos e verificar a conformidade entre o registo contabilístico e a documentação de suporte. Este procedimento assegura que os montantes registados em diferimentos correspondem efetivamente a despesas ou rendimentos do exercício seguinte e que a demonstração dos resultados reflete integralmente o desempenho económico do período em análise.

Em suma, a auditoria à rubrica de Diferimentos tem como objetivo garantir o correto cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, contribuindo para a fidedignidade, coerência e consistência temporal da informação financeira apresentada pela entidade.

3.4.3.7 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos (EOEP) inclui todas as obrigações fiscais e contributivas da entidade perante a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e a Segurança Social (SS), sendo uma área de particular importância na auditoria, dado o seu impacto direto na regularidade fiscal, no cumprimento legal e na fiabilidade das demonstrações financeiras.

No âmbito desta rubrica, procede-se à verificação do cumprimento das respetivas responsabilidades da entidade, nomeadamente no que respeita a:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);
- Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);
- Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- Contribuições para a Segurança Social (SS);

O procedimento de validar impostos e contribuições constitui uma das primeiras etapas da execução de uma auditoria financeira, dado que permite comprovar o cumprimento das obrigações legais e fiscais da entidade. Para o efeito, são obtidos, através do Portal da AT, os comprovativos e guias de pagamento correspondentes a cada imposto, relativos ao período em análise. Posteriormente, procede-se ao cruzamento dos valores constantes dessas guias com os registos contabilísticos da entidade auditada, de modo a verificar a sua exatidão, tempestividade e regularidade.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

Relativamente ao IRC, a análise à rubrica tem como objetivo assegurar que o imposto é apurado e reconhecido de acordo com as disposições fiscais em vigor, e que o montante registado nas demonstrações financeiras reflete com rigor a posição tributária da entidade. Assim sendo, a análise é efetuada com base nos seguintes documentos, a Modelo 22, os comprovativos de Pagamentos por Conta e Pagamentos Adicionais por Conta, o comprovativo de Autoliquidação de IRC, entre outros.

Primeiramente, procedemos à validação dos Pagamentos por Conta (PpC), para isto é preciso recorrer à consulta da Modelo 22 do ano anterior, e obter a informação relativa ao volume de negócios, à coleta apurada e às retenções na fonte.

Nome da Empresa	XXX
Exercício de	2025
Cálculo do Pagamento por Conta (Art.105.º CIRC)	
Elementos do exercício anterior:	
Volume de Negócios	13.336.695,42 €
Valor da Colecta de IRC	417.264,31 €
Retenções na Fonte de IRC	8.521,26 €
1.ª Prestação - Julho	129.436,00 €
2.ª Prestação - Setembro	129.436,00 €
3.ª Prestação - Dezembro	129.436,00 €
Conta 241 - Pagamentos p/ conta	388.308,00 €
Diferença	0,00 €

Figura 3 - Template do cálculo dos PpC.

Relativamente aos Pagamentos Adicionais por Conta (PApC), apenas existem caso o lucro tributável seja superior a 1.500.000,00€, sendo a sua base para o cálculo o lucro tributável e o valor de Incidência. O Valor de Incidência consiste na diferença, entre o Lucro Tributável e o 1.500.000,00€.

Cálculo do Pagamento Adicional por Conta (Art.105.º-A CIRC)

Elementos do exercício anterior:	
Lucro Tributável	1.996.496,72 €
Valor de incidência	496.496,72 €
1.ª Prestação - Julho	4.137,47 €
2.ª Prestação - Setembro	4.137,47 €
3.ª Prestação - Dezembro	4.137,47 €
Conta 241 - Pagamentos Adicionais p/ conta	12.412,42 €
Diferença	0,00 €

Figura 4 - Template do cálculo dos PApC.

Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS):

No que diz respeito à análise do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), o trabalho de auditoria incide sobre a verificação do cumprimento das obrigações

fiscais associadas às retenções na fonte efetuadas pela entidade, quer relativamente aos rendimentos do trabalho dependente, quer aos rendimentos do trabalho independente. O objetivo deste procedimento é assegurar que as retenções foram devidamente apuradas, contabilizadas e entregues à Autoridade Tributária e Aduaneira dentro dos prazos legais, conforme estabelecido no Código do IRS (CIRS) e na legislação complementar aplicável.

Para a realização da análise, solicita-se ao cliente um conjunto de documentos fiscais e comprovativos de pagamento das Declarações Mensais de Remunerações (DMR), para todos os meses do período em análise. Estes documentos são obtidos através do Portal das AT, e incluem a guia de pagamento do IRS e o respetivo comprovativo de liquidação. A primeira etapa desta análise é a extração da guia fiscal do Portal da AT, da qual são recolhidos os dados essenciais, nomeadamente, o número de identificação fiscal da entidade, a data de receção da declaração, a data-limite de pagamento e o montante total de imposto retido e a liquidar.

Através do apoio dos extratos contabilísticos correspondentes, procede-se à comparação entre o montante presente na guia e o valor registado na contabilidade, assegurando que ambos coincidem. Posteriormente, confirma-se também que o valor efetivamente pago, conforme o comprovativo de pagamento, corresponde ao valor declarado na guia, e que o pagamento foi efetuado dentro do prazo legalmente estipulado.

Relativamente aos rendimentos do trabalho independente, o documento de suporte é constituído pelas guias e comprovativos relativos às retenções na fonte efetuadas sobre pagamentos de rendimentos empresariais e profissionais, rendimentos prediais ou de capitais, conforme aplicável. A análise realizada é semelhante à efetuada para o trabalho dependente, consistindo na verificação da concordância entre os valores retidos, os montantes pagos e os registos contabilísticos, bem como na confirmação da entrega atempada das retenções à Autoridade Tributária.

Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA):

A Declaração Periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (DPIVA) é o documento fiscal que evidencia o apuramento do IVA referente a um determinado período, seja este mensal ou trimestral, consoante o enquadramento da entidade no regime de periodicidade do imposto. Esta declaração é submetida através do Portal da AT e constitui o principal instrumento de comunicação entre o sujeito passivo e a Autoridade

Tributária e Aduaneira, permitindo apurar o montante de imposto a pagar ao Estado ou a recuperar pela entidade.

A DPIVA pode, assim, apresentar duas naturezas distintas:

- **IVA a favor do Estado**, quando o valor do imposto liquidado nas vendas (IVA repercutido) é superior ao imposto suportado nas aquisições, neste caso, a entidade tem de proceder ao pagamento do montante apurado dentro do prazo legal;
- **IVA a favor do sujeito passivo**, quando o imposto suportado excede o imposto liquidado, nesta situação, o saldo pode ser tratado como “excesso a reportar” (para dedução em períodos seguintes) ou como “reembolso”, caso a entidade opte por solicitar a devolução imediata do montante em crédito.

O teste de auditoria à rubrica de IVA tem como principal objetivo verificar a exatidão do apuramento do imposto e a conformidade dos registos contabilísticos com as declarações fiscais submetidas. Para este efeito, procede-se à comparação entre as DPIVA e os saldos contabilísticos correspondentes, assegurando que os valores declarados coincidem com os registos contabilísticos e que as transações foram corretamente classificadas quanto à sua natureza tributável. No caso de IVA a favor do Estado, é analisado o comprovativo de pagamento obtido através do Portal das Finanças, confirmando-se a correspondência entre o valor declarado e o valor pago, bem como a tempestividade do pagamento face ao prazo legal de entrega. Quando se trata de IVA a favor do sujeito passivo, procede-se à verificação do comprovativo de reembolso emitido pela AT, assegurando que o valor creditado corresponde ao montante apurado na declaração e que este foi devidamente registado na contabilidade. Por outro lado, nos casos em que a DPIVA apresenta saldo de “IVA a reportar”, não é necessário obter comprovativos de pagamento ou reembolso, uma vez que não ocorre qualquer fluxo financeiro. Ainda assim, o auditor deve garantir que o valor reportado é corretamente transportado para o período seguinte, mantendo a consistência e rastreabilidade do crédito de imposto.

Contribuições para a Segurança Social:

No que respeita às contribuições para a Segurança Social, o trabalho de auditoria tem como principal objetivo verificar o cumprimento das obrigações contributivas da entidade, tanto por conta da entidade empregadora como por conta dos trabalhadores.

Este procedimento visa assegurar que os valores declarados, contabilizados e pagos à Segurança Social correspondem ao efetivamente devido, em conformidade com as normas legais em vigor. Para tal, procede-se à análise das declarações mensais de remunerações e das guias de pagamento da Taxa Social Única (TSU), confrontando os montantes declarados e pagos com os registos contabilísticos da entidade auditada. A Taxa Social Única inclui as contribuições obrigatórias a cargo do empregador e do trabalhador, incidindo sobre a remuneração base e outros complementos retributivos, sendo uma das principais obrigações de natureza social das empresas. O auditor deve comparar os valores das contribuições declaradas e liquidadas com os registos contabilísticos correspondentes, verificando se existem divergências entre os montantes declarados, os valores pagos e os saldos contabilizados. Em caso de divergência, é necessário solicitar à entidade justificação documental, de forma a garantir a correção e a regularização dos registos.

Adicionalmente, é obtida a Certidão de Dívida e Não Dívida, através do Portal da AT, bem como a Declaração da Situação Contributiva, emitida pela Segurança Social Direta. Estes documentos constituem provas oficiais de cumprimento das obrigações fiscais e contributivas da entidade, permitindo confirmar que não existem dívidas por regularizar. É essencial que o auditor verifique a validade temporal destes documentos, assegurando que foram emitidos dentro do período de referência do trabalho de auditoria, de modo a garantir que a informação neles contida reflete a situação real e atual da entidade.

3.4.3.8 Financiamentos obtidos

A rubrica de Financiamentos Obtidos corresponde às obrigações financeiras assumidas pela entidade junto de terceiros, resultantes de empréstimos ou contratos de financiamento celebrados com instituições de crédito, entidades financeiras, acionistas, sócios ou outros credores. Esta rubrica encontra-se inscrita no Passivo Financeiro do Balanço e pode ser segmentada entre Passivo Corrente e Passivo Não Corrente, de acordo com a exigibilidade temporal dos montantes em dívida. Assim, os financiamentos com prazo de reembolso até 12 meses classificam-se como Passivo Corrente (curto prazo), enquanto os superiores a 12 meses se enquadram no Passivo Não Corrente (médio e longo prazo), em conformidade com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 27 – Instrumentos Financeiros.

O trabalho de auditoria nesta rubrica tem como principal objetivo validar a existência, a mensuração e a correta classificação contabilística dos financiamentos, garantindo que todos os empréstimos obtidos estão devidamente reconhecidos e registados nas contas apropriadas. Primeiramente, procede-se à análise da variação dos saldos das contas que compõem esta rubrica entre o exercício em análise e o exercício anterior, de modo a identificar alterações significativas, tais como novos financiamentos contratados, reembolsos de capital ou amortizações de dívida. Esta análise comparativa permite detetar movimentos atípicos e compreender a evolução da estrutura de endividamento da entidade. Posteriormente, são realizados procedimentos de confirmação externa, nomeadamente através da circularização das instituições bancárias e financeiras com as quais a entidade mantém relações de crédito. Neste processo, são enviadas solicitações formais de confirmação de saldos, com o objetivo de obter resposta direta e independente das entidades financiadoras relativamente aos empréstimos existentes, respetivos saldos e condições contratuais. A comparação entre os valores comunicados pelas instituições e os registos contabilísticos da entidade permite validar a exatidão e a integridade da informação financeira apresentada.

Adicionalmente, procede-se à verificação do Mapa Central de Responsabilidades de Crédito (CRC), documento obtido através do Banco de Portugal (BdP), que apresenta o conjunto das responsabilidades de crédito declaradas por todas as instituições financeiras nacionais. A comparação entre o Mapa CRC e a contabilidade da entidade constitui um procedimento de auditoria de elevada fiabilidade, uma vez que se trata de uma confirmação externa independente, emitida por uma autoridade oficial.

Caso sejam detetadas diferenças entre os saldos contabilísticos e os valores constantes nas confirmações externas, o auditor deve solicitar esclarecimentos à entidade auditada, de modo a identificar a origem das respetivas divergências. Sempre que necessário, devem ser realizadas reclassificações ou ajustamentos contabilísticos, assegurando que os valores apresentados nas demonstrações financeiras refletem com rigor as responsabilidades financeiras efetivas.

Resumidamente, a auditoria à rubrica de Financiamentos Obtidos tem como finalidade assegurar a existência, a exatidão, a classificação e a plenitude das dívidas financeiras, garantindo que estas se encontram corretamente refletidas no Balanço e em conformidade com as normas contabilísticas e os princípios de fiabilidade e transparência que regem o relato financeiro.

3.4.3.9 Capital próprio

A rubrica de Capital Próprio representa o interesse residual dos proprietários da entidade nos seus ativos, após a dedução de todos os passivos. Em termos contabilísticos, o Capital Próprio reflete a situação líquida patrimonial da empresa, evidenciando a estrutura financeira de longo prazo e a capacidade de autofinanciamento da mesma.

Numa primeira fase, procede-se à análise dos movimentos ocorridos nas contas de Capital Próprio entre o exercício anterior e o exercício em análise, com o objetivo de identificar variações relevantes, tais como aumentos ou reduções de capital, constituição de reservas, distribuição de resultados ou incorporação de lucros transitados. Esta análise permite compreender a evolução patrimonial e financeira da entidade, bem como confirmar a consistência das alterações registadas. Posteriormente, procede-se à verificação documental, que inclui a consulta das atas de assembleia geral, onde são deliberadas as decisões relacionadas com a aprovação das contas, a aplicação dos resultados e eventuais alterações ao capital social. Esta documentação constitui evidência fundamental de auditoria, uma vez que confirma a autorização e legitimidade das operações registadas.

De referir, que no caso das reservas legais, é verificado o cumprimento das disposições do artigo 218.º do Código das Sociedades Comerciais, que determina a constituição obrigatória de uma reserva correspondente a, pelo menos, 5% do resultado líquido de cada exercício, até que esta atinja 20% do capital social. O auditor deve confirmar se esta regra foi cumprida e se as reservas estão devidamente evidenciadas na contabilidade.

Relativamente aos resultados transitados, procede-se à análise da sua reconciliação com os resultados dos exercícios anteriores, verificando se a transferência de saldos foi efetuada corretamente, sem omissões ou duplicações. No que respeita ao resultado líquido do período, é confirmada a consistência entre o valor registado nesta rubrica e o resultado apurado na Demonstração dos Resultados por Naturezas.

Em suma, a auditoria à rubrica de Capital Próprio tem como principal objetivo assegurar que os saldos e movimentos registados refletem fielmente a situação patrimonial e societária da entidade, garantindo que todas as alterações foram devidamente aprovadas, documentadas e contabilizadas. Este procedimento é essencial para confirmar a integridade, legitimidade e transparência das demonstrações financeiras,

reforçando a credibilidade da informação apresentada aos sócios, investidores e demais utilizadores das contas.

3.4.3.10 Vendas e serviços prestados

A rubrica de Vendas e Serviços Prestados constitui o ponto de partida da Demonstração dos Resultados e representa o núcleo central da atividade operacional de uma entidade. É através desta rubrica que se materializam os rendimentos provenientes da atividade principal da organização, refletindo a sua capacidade de gerar valor económico no mercado.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e especificamente com a NCRF 20 – Rédito, o reconhecimento do rendimento deve ocorrer quando os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens ou serviços são transferidos para o cliente, e quando é razoavelmente certo que os benefícios económicos associados à transação fluirão para a entidade. Este princípio é de extrema importância, pois assegura que os resultados apresentados traduzem fielmente a realidade económica das operações realizadas, e não apenas os fluxos financeiros do período.

Para a validação desta rubrica, recorre-se ao ficheiro SAF-T (*Standard Audit File for Tax purposes*) de faturação, disponibilizado pela entidade auditada, o qual contém informação detalhada sobre as operações de venda e prestação de serviços. Através deste ficheiro, é possível realizar um conjunto de análises substantivas e de coerência, que visam confirmar a integridade, exatidão e consistência das transações registadas.

Análise à sequencialidade e dias da semana:

Esta análise tem como objetivo verificar a integridade do processo de emissão de documentos de faturação. Para tal, procede-se à verificação da sequência numérica e da série dos documentos emitidos durante o período em análise, garantindo que não existem omissões, duplicações ou saltos irregulares no ficheiro SAF-T.

Adicionalmente, é realizada a análise dos dias da semana em que os documentos foram emitidos, com o intuito de detetar eventuais faturas processadas em dias não laborais, o que poderá indiciar erros ou anomalias no sistema de faturação.

Caso se verifiquem divergências face aos padrões esperados, estas são reportadas e devidamente esclarecidas junto da entidade auditada, de modo a avaliar a sua materialidade e relevância para o trabalho de auditoria.

Análise da Lei de Benford:

A Lei de Benford é uma ferramenta estatística amplamente utilizada em auditoria para detetar irregularidades numéricas em grandes volumes de dados financeiros. De acordo com esta lei, os números que começam com o dígito 1 tendem a ocorrer com maior frequência do que os restantes, seguindo uma distribuição matemática previsível. Assim, a análise de Benford aplicada ao SAF-T de faturação permite identificar padrões anómalos ou duplicações excessivas de determinados valores, que possam indiciar erro ou manipulação nas transações registadas.

Importa referir, contudo, que as variações à distribuição teórica da Lei de Benford nem sempre indicam irregularidade, podendo estar associadas às características próprias do negócio da entidade. Por exemplo, empresas cujo produto ou serviço principal tenha um preço fixo diferente de um múltiplo de 1 poderão apresentar uma distribuição distinta. Deste modo, compete ao auditor exercer o seu julgamento profissional, interpretando os resultados da análise à luz da realidade económica e operacional da entidade.

Análise à Faturação:

A análise à faturação tem como objetivo confirmar a correspondência entre os valores declarados nas Declarações Periódicas de IVA (DPIVA) e os valores registados no ficheiro SAF-T de faturação. Para tal, as declarações periódicas de IVA são extraídas do Portal da AT e comparadas com os montantes mensais de faturação constantes no ficheiro SAF-T.

A ausência de diferenças entre ambos o conjunto de dados constitui uma forte evidência de fiabilidade dos registos contabilísticos e fiscais, garantindo que as operações foram corretamente declaradas e contabilizadas. No caso de divergência, é solicitado ao cliente o envio de documentação de suporte, de modo a compreender e justificar as diferenças apuradas.

Análise ao Even Amount:

A análise ao “*Even Amount*” consiste na identificação de faturas com valores redondos, geralmente múltiplos de 10, 100 ou 1000, com o objetivo de detetar padrões invulgares ou potenciais irregularidades. A ocorrência frequente deste tipo de montantes pode indiciar transações artificiais, erros de arredondamento ou lançamentos incorretos,

sendo, portanto, uma análise relevante no contexto do controlo de fiabilidade dos registos de vendas.

O procedimento envolve a seleção das faturas que apresentem valores redondos, seguida da revisão individual desses documentos, verificando se as transações correspondem efetivamente à atividade normal da entidade e se estão suportadas por documentação válida e congruente. Quando identificadas situações anómalas, estas são devidamente reportadas e analisadas, podendo originar ajustamentos ou procedimentos de auditoria adicionais.

Para concluir, a auditoria à rubrica de Vendas e Serviços Prestados visa confirmar a veracidade, integridade e exatidão dos rendimentos reconhecidos, assegurando que estes são coerentes com a atividade económica da entidade e devidamente suportados por evidência documental e fiscal. Os testes realizados, de natureza analítica, substantiva e estatística, permitem ao auditor avaliar o risco de distorção material nesta área crítica, reforçando a credibilidade e a fiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas.

3.4.3.11 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) representa o conjunto de gastos incorridos pela entidade na aquisição de bens destinados à venda ou de matérias-primas e subsidiárias utilizadas na produção de bens e serviços. Este custo constitui uma das principais componentes da Demonstração dos Resultados, refletindo o valor dos recursos consumidos diretamente na atividade operacional da empresa e permitindo apurar o resultado bruto do exercício.

No final de cada exercício económico, as entidades procedem ao apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, efetuando a regularização das contas de compras, devoluções, descontos e outras regularizações através da conta de CMVMC, em conformidade com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 18 – Inventários. Simultaneamente, é efetuado o apuramento dos produtos e trabalhos acabados e em curso, que implica a regularização das contas de produtos acabados e intermédios, bem como de produtos e trabalhos em curso, através da conta de Variações nos Inventários da Produção. Este processo assegura que o resultado do exercício reflete apenas os custos e rendimentos efetivamente correspondentes ao período em análise, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A análise da auditoria nesta rubrica tem como principal objetivo verificar a correção do cálculo e do apuramento das regularizações efetuadas, garantindo que os valores registados no CMVMC e nas Variações nos Inventários da Produção estão matematicamente exatos, devidamente documentados e contabilizados de forma coerente.

Para o efeito, é utilizado um *template* de trabalho, que serve de suporte e prova de auditoria, no qual é realizado o recálculo do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas com base nos saldos contabilísticos das contas de compras, inventários iniciais e finais, devoluções e descontos.

	MP, MS, CONS.	Mercadorias	Total
Ei	229.878,87	145.236,21	375.115,08
Compras	2.368.288,83	0,00	2.368.288,83
Reg. Existencias	0,00	0,00	0,00
Ef	304.260,50	3.942,13	308.202,63
Cmvmc	2.293.907,20	141.294,08	2.435.201,28
saldo conta 61:	2.293.907,20	141.294,08	2.435.201,28
variação:	0,00	0,00	0,00

Figura 5 - Cálculo do Apuramento do CMVMC

	Prod Trab Curso	Prod Acabados	Total
Ef	32.959,90	119.815,30	152.775,20
Reg. Existencias	0,00	0,00	0,00
Ei	209.640,68	227.002,60	436.643,28
Variação Produção	-176.680,78	-107.187,30	-283.868,08
saldo conta 73:	-176.680,78	-107.187,30	-283.868,08
variação:	0,00	0,00	0,00

Figura 6 - Cálculo do valor dos Produtos Acabados e Trabalhos em curso

Relativamente ao apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, considera-se que o valor está devidamente apurado quando o recálculo do auditor não apresenta divergências face ao valor registado na contabilidade. Neste caso, conclui-se que a rubrica está corretamente mensurada e validada. De igual modo, a verificação do apuramento dos produtos acabados e dos trabalhos em curso é efetuada de forma idêntica, aplicando os mesmos procedimentos de recálculo e comparação com os registos contabilísticos.

Quando não são observadas diferenças entre o recálculo do auditor e os valores apurados pela entidade, conclui-se que a informação apresentada nas demonstrações financeiras é fiável e reflete de forma adequada a variação dos inventários e o custo da produção.

Em síntese, a auditoria à rubrica de CMVMC tem como principal finalidade assegurar a exatidão, completude e correção dos custos diretos de exploração, permitindo validar que as demonstrações financeiras traduzem com rigor a realidade económica da atividade da entidade e que os procedimentos contabilísticos aplicados estão em conformidade com as normas técnicas e legais em vigor.

3.4.3.12 Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com Pessoal corresponde ao registo de todos os custos relacionados com os colaboradores de uma entidade, incluindo remunerações, subsídios, indemnizações, encargos sociais, seguros e outros benefícios de natureza laboral. Esta rubrica assume particular relevância na Demonstração dos Resultados, uma vez que representa, na maioria das entidades, uma parcela significativa dos custos operacionais.

Em conformidade com a NCRF 28 – Benefícios dos Empregados, os gastos com pessoal devem ser reconhecidos no período em que os serviços são prestados, independentemente do momento do seu pagamento, respeitando o princípio da especialização dos exercícios.

Análise ao processamento de vencimentos:

A análise ao processamento de vencimentos tem como finalidade verificar a exatidão do cálculo das remunerações e dos respetivos descontos legais e contributivos. Para este efeito, é selecionado um mês aleatório do período em análise, e são solicitados à entidade os recibos de vencimento de todos os colaboradores, bem como os cadastros individuais, onde constam informações como o estado civil, número de dependentes, grau de deficiência, e titularidade de rendimentos. A amostra de colaboradores a analisar é determinada de acordo com a dimensão da entidade. Assim, quando o número de trabalhadores é reduzido, procede-se à verificação integral, nas restantes situações, é selecionada uma amostra representativa, correspondente a pelo menos 10% dos colaboradores.

Posteriormente, procede-se à validação das taxas de retenção na fonte de IRS e das taxas contributivas da Segurança Social aplicadas nos recibos de vencimento, verificando a sua conformidade com as tabelas oficiais em vigor no período analisado. É importante considerar que as taxas podem sofrer alterações ao longo do exercício, pelo que o auditor deve assegurar-se de que foram aplicadas corretamente em cada mês.

Adicionalmente, devem ser tidas em conta as variáveis que influenciam a taxa de retenção de IRS, nomeadamente o estado civil, o número de titulares, o número de dependentes e a existência de pessoas com deficiência no agregado familiar.

No caso de divergência entre os valores constantes dos recibos e o recálculo efetuado pelo auditor, é fundamental contactar a entidade de forma a reportar e esclarecer as discrepâncias, obtendo documentação de suporte que justifique eventuais diferenças.

Análise global ao pessoal:

A análise global ao pessoal visa avaliar a coerência global dos gastos registados na conta 63 – Gastos com Pessoal, assegurando que os montantes comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira correspondem aos registados contabilisticamente. Para este efeito, procede-se à examinação das Declarações Mensais de Remunerações (DMR), obtidas através do Portal da AT, de modo a verificar se as remunerações declaradas correspondem aos valores efetivamente processados e contabilizados pela entidade.

A partir desta análise, é possível confirmar a consistência entre os montantes comunicados e os registados nas subcontas da conta de gastos com pessoal, abrangendo remunerações, encargos sobre remunerações, seguros de trabalho e outros custos associados ao pessoal. Adicionalmente, realiza-se o cálculo dos encargos sociais com base nas taxas contributivas legais, de modo a validar a conformidade com os valores contabilizados.

Para efeitos de controlo de precisão, é adotada uma margem de erro máxima de 1% do saldo da conta, garantindo, assim, um nível elevado de fiabilidade nos resultados da auditoria.

Resumidamente, a auditoria à rubrica de Gastos com Pessoal tem como principal objetivo assegurar a exatidão, plenitude e conformidade legal dos custos relacionados com o pessoal, garantindo que os encargos e remunerações foram corretamente apurados, registados e comunicados. Este procedimento é essencial para validar a integridade das demonstrações financeiras, bem como para confirmar o cumprimento das obrigações fiscais, contributivas e laborais da entidade.

3.4.3.13 Confirmações externas – Circularização

As confirmações externas, também designadas por circularizações, constituem um dos procedimentos de auditoria mais relevantes no âmbito da obtenção de evidência de auditoria independente. De acordo com a ISA 505 – *External Confirmations* (International Auditing and Assurance Standards Board, 2009), este procedimento consiste na “obtenção de prova de auditoria através de uma resposta direta escrita ao auditor por parte de um terceiro (a parte que confirma), em papel, por meio eletrónico ou por outro meio”. Este processo é normalmente implementado na fase de fecho da auditoria, durante o trabalho final de campo, e tem como principal objetivo comparar a informação fornecida por terceiros com os saldos e dados registados pela entidade auditada, permitindo assim validar a exatidão e integridade dos saldos apresentados no balanço.

Seleção da amostra para a circularização de entidades

O trabalho de auditoria nesta área inicia-se com a seleção dos terceiros a incluir na amostra de circularização, podendo esta ser estatística ou não estatística, consoante o grau de risco associado e a materialidade da rubrica nas demonstrações financeiras. A escolha dos elementos de circularização baseia-se, portanto, no julgamento profissional do auditor, considerando critérios como montantes mais relevantes, contas com elevado risco de distorção material, ou relações económicas significativas.

As circularizações abrangem normalmente instituições bancárias, seguradoras, advogados, clientes, fornecedores, partes relacionadas e outras entidades com saldos significativos ou sensíveis. No caso de grupos empresariais, é também efetuada a circularização de todas as partes relacionadas, em conformidade com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, com o intuito de garantir a transparência e integridade das relações intragrupo.

A circularização das instituições bancárias permite validar os saldos das contas de depósitos à ordem, outros depósitos bancários e financiamentos obtidos, assegurando que os valores contabilizados correspondem aos efetivamente comunicados pelas instituições financeiras.

As respostas dos advogados visam confirmar a existência de processos judiciais ou contingências legais que possam afetar as demonstrações financeiras. Caso sejam

identificadas ações judiciais em curso, o auditor deve avaliar a probabilidade de perda e, se necessário, recomendar o reconhecimento de provisões, passivos contingentes ou ajustamentos contabilísticos, em conformidade com a NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Procedimentos e plataforma de circularização

A circularização de clientes e fornecedores é efetuada com base numa amostra representativa dos saldos registados nas respetivas contas. O pedido de confirmação é realizado através de plataformas eletrónicas específicas, desenvolvidas para este fim, que asseguram a confidencialidade, rastreabilidade e autenticidade das respostas.

O processo consiste em solicitar à entidade auditada os contactos atualizados dos terceiros selecionados, inseri-los na plataforma e enviar automaticamente os pedidos de confirmação. As respostas são recebidas diretamente pelos auditores através da mesma plataforma, e posteriormente extraídas e carregadas no software de auditoria (ASD Audit), que compara os saldos confirmados pelos terceiros com os valores contabilizados, identificando concordâncias, discordância ou ausência de resposta.

O programa organiza ainda as respostas por pastas digitais identificadas com o nome do terceiro e a rubrica auditada, assegurando controlo e rastreabilidade documental.

Análise das respostas obtidas

Após a receção das respostas, o auditor procede à análise e classificação das mesmas, distinguindo entre:

- **Respostas concordantes**, quando o saldo comunicado pelo terceiro coincide integralmente com o saldo contabilístico da entidade;
- **Respostas discordantes**, quando são detetadas diferenças entre os valores comunicados e os registados;
- **Ausência de resposta**, quando o terceiro não fornece confirmação dentro do prazo estabelecido.

No caso de respostas discordantes, o auditor deve realizar reconciliações entre os extratos contabilísticos da entidade e os extratos fornecidos pelo terceiro, de modo a identificar e justificar as diferenças. Quando as divergências resultam de diferenças temporais, lançamentos em trânsito ou movimentos não registados, e são devidamente

justificadas, a resposta passa a ser considerada reconciliada. Contudo, se as diferenças permanecerem inexplicadas ou materialmente relevantes, o auditor deve solicitar esclarecimentos adicionais à entidade e avaliar a necessidade de ajustamentos ou divulgações complementares.

Procedimentos alternativos

Quando não é possível obter resposta ao pedido de circularização, mesmo após um segundo envio (circularização adicional), o auditor deve recorrer a procedimentos alternativos, de forma a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Estes procedimentos consistem na análise detalhada dos saldos em aberto, solicitando ao cliente a decomposição das faturas que constituem o saldo, as cópias dos documentos de suporte e os comprovativos bancários de pagamento ou recebimento, caso aplicável. Através desta verificação, o auditor procura confirmar a existência e a validade das operações e garantir que os saldos refletem transações reais e devidamente documentadas.

Em síntese, as confirmações externas (circularizações) constituem um instrumento essencial de obtenção de evidência independente, que reforça a credibilidade e fiabilidade das demonstrações financeiras. A sua execução permite validar diretamente com terceiros os saldos mais relevantes do Balanço, assegurar o cumprimento das normas internacionais de auditoria e reduzir significativamente o risco de distorção material, contribuindo assim para a qualidade e integridade global do processo de auditoria.

3.4.3.14 Validação das demonstrações financeiras

A validação das demonstrações financeiras constitui a fase final do trabalho de auditoria, antecedendo a emissão da Certificação Legal das Contas (CLC). Este procedimento tem como objetivo assegurar que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da entidade, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais enquadramentos legais aplicáveis.

Nesta fase, o auditor procede à análise e validação do conjunto integral das demonstrações financeiras, nomeadamente:

- **O Balanço**, que reflete a posição financeira da entidade à data do encerramento do exercício;

- **A Demonstração dos Resultados**, que evidencia o desempenho económico do período;
- **O Relatório de Gestão**, que fornece o enquadramento qualitativo da atividade e dos resultados obtidos;
- **O Anexo às Demonstrações Financeiras**, que contém as políticas contabilísticas e divulgações exigidas por norma;
- Quando aplicável, **a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações no Capital Próprio**, que completam a informação financeira da entidade.

Para a execução deste trabalho, é utilizado o balancete mais atualizado da entidade, que serve de base à revisão e validação de todos os saldos e rubricas. O auditor procede ao recálculo dos montantes apresentados e à verificação da coerência entre os diversos mapas e demonstrações, de modo a garantir que não existem erros de transcrição, omissões ou inconsistências internas. Este processo permite assegurar que as demonstrações respeitam os princípios contabilísticos fundamentais, nomeadamente os da continuidade, consistência, prudência, especialização dos exercícios e materialidade.

Durante esta etapa, é igualmente efetuada a validação fiscal da informação contabilística, através da análise da Declaração Modelo 22 – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Procede-se ao recálculo do lucro tributável e do imposto correspondente, comparando os resultados com os valores refletidos no balancete e nas demonstrações financeiras, de forma a garantir a correção do imposto sobre o rendimento reconhecido. Este procedimento é essencial para confirmar que o encargo fiscal do período se encontra corretamente apurado, registado e divulgado, cumprindo as normas fiscais e contabilísticas aplicáveis.

A emissão da Certificação Legal das Contas apenas é possível após a validação integral de todos os documentos financeiros e fiscais relevantes, assegurando que não subsistem incongruências ou omissões materiais. A CLC representa o culminar do processo de auditoria e reflete a opinião técnica e independente do auditor, emitida com base na evidência recolhida ao longo de todas as fases do trabalho.

Para concluir, a validação das demonstrações financeiras constitui uma etapa determinante no encerramento da auditoria, pois permite confirmar a fiabilidade, a consistência e a transparência da informação financeira apresentada pela entidade,

assegurando que esta cumpre integralmente os princípios de verdade, regularidade e adequação exigidos pela profissão e pela legislação em vigor.

A transformação digital constitui, atualmente, um dos pilares de mudança mais significativos na área da auditoria e da contabilidade, assumindo um papel determinante na modernização dos processos, na eficiência operacional e na qualidade da informação financeira produzida. O presente relatório permitiu compreender de forma integrada como a incorporação de ferramentas digitais e de tecnologias emergentes tem vindo a remodelar o exercício da profissão, as competências dos profissionais e a natureza do próprio trabalho de auditoria.

Os resultados obtidos, quer através da revisão teórica, quer pela análise empírica das entrevistas realizadas, demonstram que a digitalização é percecionada pelos profissionais como um processo inevitável e positivo, traduzido em ganhos expressivos de produtividade, fiabilidade e rastreabilidade das operações. As ferramentas digitais, como o SIPTA, o ASD Audit, o TOCOnline, o PEPData e o Excel, foram destacadas pelas entrevistadas como instrumentos essenciais para o desenvolvimento eficiente das auditorias, permitindo a automatização de tarefas repetitivas, a centralização da informação e o reforço dos controlos internos.

Em termos práticos, verificou-se que a integração de sistemas digitais contribui para a melhoria da gestão do risco, a deteção precoce de irregularidades e a redução do erro humano, promovendo auditorias mais céleres, transparentes e documentadas. Contudo, a análise revelou igualmente que a tecnologia, apesar do seu contributo inegável, não substitui o juízo profissional do auditor. A fiabilidade dos resultados continua a depender da capacidade crítica, da experiência e da ética dos profissionais que interpretam a informação e tomam decisões com base nos dados analisados.

As entrevistas evidenciaram ainda que a digitalização não é um processo uniforme: as SROC apresentam um grau de maturidade tecnológica mais elevado, enquanto alguns contextos empresariais de menor dimensão continuam dependentes de ferramentas básicas, o que demonstra a existência de assimetrias na adoção e utilização das tecnologias. Esta realidade reforça a importância do investimento contínuo em infraestruturas digitais, bem como na formação técnica dos profissionais, de modo a garantir uma transição tecnológica equilibrada e sustentável.

O estágio profissional, desenvolvido numa SROC, permitiu observar empiricamente esta realidade, revelando que as ferramentas digitais se tornaram indispensáveis no quotidiano da auditoria. O contacto com plataformas integradas, a execução de testes

automatizados e o recurso a bases de dados de apoio à verificação de clientes contribuíram para a consolidação de competências técnicas e analíticas essenciais ao desempenho da função. Em simultâneo, a vivência prática reforçou a perceção de que a digitalização impõe uma aprendizagem contínua e uma postura proativa perante a mudança.

Em suma, conclui-se que a transformação digital não ameaça a profissão de auditor, mas redefine-a. O auditor contemporâneo assume um papel mais estratégico e interpretativo, apoiado por tecnologias que ampliam a sua capacidade de análise, mas que exigem um nível superior de rigor, pensamento crítico e responsabilidade ética. O futuro da auditoria será, assim, marcado pela convergência entre conhecimento técnico, domínio digital e discernimento humano — um equilíbrio que constitui a base da qualidade e da credibilidade do trabalho desenvolvido no setor.

4.1 Limitações de estudo

Apesar da relevância dos resultados obtidos, o presente estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer de forma crítica.

Em primeiro lugar, a amostra de entrevistadas foi reduzida e não probabilística, abrangendo apenas cinco profissionais, ainda que com perfis distintos e complementares. Embora a diversidade de funções e contextos tenha permitido captar uma visão abrangente do fenômeno, os resultados não podem ser generalizados para todo o universo da profissão.

Em segundo lugar, as entrevistas seguiram um formato semiestruturado, o que, embora enriqueça a análise qualitativa, pode implicar subjetividade na interpretação das respostas e limitações na comparabilidade direta entre participantes. A ausência de uma análise quantitativa ou de indicadores objetivos de desempenho (como métricas de tempo, custos ou qualidade dos relatórios) restringe a capacidade de medir, de forma empírica, o impacto concreto da digitalização.

Por outro lado, o estudo incidiu sobretudo na percepção individual dos profissionais, não incluindo a perspectiva das entidades de supervisão, das universidades ou dos próprios clientes das auditorias. A inclusão destas visões poderia fornecer uma compreensão mais completa das implicações da transformação digital em todo o ecossistema contábilístico e de auditoria.

Finalmente, o contexto temporal constitui também uma limitação relevante. A transformação digital é um fenômeno dinâmico e em constante evolução; novas ferramentas, normas e desafios éticos surgem continuamente. Assim, as conclusões aqui apresentadas devem ser entendidas como uma fotografia atual de um processo em curso, passível de evoluir significativamente nos próximos anos.

4.2 Sugestões de melhoria e investigação futura

Tendo em consideração as limitações identificadas e as conclusões alcançadas, apresentam-se algumas sugestões de melhoria e linhas de investigação futura com vista ao aprofundamento do tema.

Em primeiro lugar, seria pertinente desenvolver estudos quantitativos que avaliem de forma mensurável o impacto da transformação digital na eficiência das auditorias, por exemplo, através da análise de indicadores como o tempo de execução, a qualidade da evidência recolhida, o número de inconsistências detetadas ou o grau de satisfação dos clientes.

Em segundo lugar, recomenda-se a ampliação da amostra de estudo, incluindo profissionais de diferentes regiões, setores de atividade e níveis de senioridade. A inclusão de revisores oficiais de contas, contabilistas certificados e representantes de entidades de supervisão permitiria uma abordagem mais holística e representativa da realidade portuguesa.

Outra linha relevante seria o estudo comparativo entre diferentes plataformas digitais de auditoria, analisando a sua usabilidade, fiabilidade, custos de implementação e impacto na qualidade do trabalho. Tal análise poderia contribuir para orientar as SROC na seleção das soluções tecnológicas mais adequadas às suas necessidades.

Sugere-se igualmente uma investigação aprofundada sobre as competências digitais do auditor do futuro, identificando as áreas de formação prioritárias e as metodologias mais eficazes para a capacitação dos profissionais. Este tipo de estudo poderia apoiar as instituições de ensino superior e as ordens profissionais na atualização dos seus programas curriculares e formativos.

Por fim, seria relevante explorar o impacto da digitalização no equilíbrio entre tecnologia e ética profissional, particularmente no que respeita à utilização de inteligência artificial, à segurança e confidencialidade dos dados e ao risco de enviesamento algorítmico.

Estas propostas visam não apenas o avanço do conhecimento científico sobre o tema, mas também a criação de bases práticas para a melhoria contínua da profissão, promovendo uma auditoria mais eficiente, ética e alinhada com as exigências da era digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. (2021). *The State of Audit Transformation: Insights from CPA Firms*. New York: AICPA.
- Al-Htaybat, K., & von Alberti-Alhtaybat, L. (2017). Big data and corporate reporting: Impacts and paradoxes. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(4), 850–873. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2015-2148>
- Alles, M. (2015). Drivers of the use and facilitators and obstacles of the evolution of big data by the audit profession. *Accounting Horizons*, 29(2), 439–449. <https://doi.org/10.2308/acch-51067>
- Appelbaum, D., Kogan, A., & Vasarhelyi, M. (2017). Big data and analytics in the modern audit engagement: Research needs. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 36(4), 1–27. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51684>
- Arnaboldi, M., Busco, C., & Cuganesan, S. (2017). Accounting, accountability, and management in the digital era. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(1), 1–17. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2016-2529>
- Austin, A., Carpenter, T. D., & Christ, M. H. (2021). Auditor professional skepticism: Traits, behavior, and judgment. *Accounting Horizons*, 35(4), 27–45. <https://doi.org/10.2308/horizons-18-028>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (7.^a ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bell, E., & Bryman, A. (2007). The ethics of management research: An exploratory content analysis. *British Journal of Management*, 18(1), 63–77. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2006.00487.x>
- Brown-Liburd, H., Issa, H., & Lombardi, D. (2015). Behavioral implications of big data's impact on audit judgment and decision making and future research directions. *Accounting Horizons*, 29(2), 451–468. <https://doi.org/10.2308/acch-51071>
- Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: W. W. Norton & Company.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Deloitte. (2022). *Digital Transformation in Audit and Accounting: The Road Ahead*. Deloitte Insights.
- Granlund, M. (2011). Extending AIS research to management accounting and control issues: A research note. *International Journal of Accounting Information Systems*, 12(1), 3–19. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2010.11.001>
- Guttsayt, L. (2023). Artificial intelligence and ethical challenges in auditing: A conceptual perspective. *Journal of Business Ethics*, 189(2), 421–439. <https://doi.org/10.1007/s10551-022-05114-4>
- IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. (2022). *ISA 315 (Revised 2019) – Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement*. New York: IFAC.
- IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. (2018–2022). *International Standards on Auditing (ISA 230, 315, 330, 500)*. New York: IFAC.
- IFAC – International Federation of Accountants. (2023). *Digital Transformation and Innovation in Auditing: A Review of Academic Research*. IFAC Knowledge Gateway.
- Ismail, L. L. (2024). The impact of digital transformation on business performance: Evidence from emerging economies. *Journal of Risk and Financial Management*, 18(5), 272. <https://doi.org/10.3390/jrfm18050272>
- Issa, H., Sun, T., & Vasarhelyi, M. (2016). Research ideas for artificial intelligence in auditing: The formalization of audit and workforce supplementation. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 13(2), 1–20. <https://doi.org/10.2308/jeta-51684>
- Kokina, J., & Davenport, T. (2017). The emergence of artificial intelligence: How automation is changing auditing. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 14(1), 115–122. <https://doi.org/10.2308/jeta-51730>
- KPMG. (2023). *The Future of Audit: Technology, Trust, and Human Judgement*. KPMG International.
- Marques, A., & Almeida, P. (2020). A contabilidade e o desafio da transformação digital. *Revista TOC Online*, 7(3), 45–60.

- Matt, C., Hess, T., & Benlian, A. (2015). Digital transformation strategies. *Business & Information Systems Engineering*, 57(5), 339–343. <https://doi.org/10.1007/s12599-015-0401-5>
- Moll, J., & Yigitbasioglu, O. (2019). The role of internet-related technologies in shaping the work of accountants: New directions for accounting research. *The British Accounting Review*, 51(6), 100833. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.04.002>
- Munoko, I., Brown-Liburd, H., & Vasarhelyi, M. (2020). The ethical implications of using artificial intelligence in auditing. *Journal of Business Ethics*, 167(2), 209–234. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04407-8>
- Oanh, L. T. T., et al. (2025). The impact of digital transformation on financial reporting quality and corporate governance. *Journal of Governance and Regulation*, 14(1).
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2022). *Digitalisation and the Future of Work in Accounting and Finance Professions*. OECD Publishing.
- Oesterreich, T. D., & Teuteberg, F. (2019). Understanding the implications of digitization and automation in the context of Industry 4.0: A taxonomy and framework. *Computers in Industry*, 108, 116–132. <https://doi.org/10.1016/j.compind.2019.01.001>
- OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2020). *Código de Ética e Deontologia Profissional*. Lisboa: OROC.
- Quattrone, P. (2016). Management accounting goes digital: Will the move make it wiser? *Management Accounting Research*, 31, 118–122. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2016.09.003>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A., & Gomes, C. (2022). A digitalização da contabilidade em Portugal: Tendências e desafios. *Revista de Contabilidade e Gestão*, 24(1), 67–82.
- Rozario, A., & Vasarhelyi, M. (2018). How robotic process automation is transforming accounting and auditing. *The CPA Journal*, 88(6), 46–49.

- Santos, A., & Gomes, P. (2022). Competências digitais e ética profissional na contabilidade e auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(3), 98–115. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e82300>
- Schwab, K. (2016). *The Fourth Industrial Revolution*. Geneva: World Economic Forum.
- Sousa, M. J., & Rocha, Á. (2019). Leadership styles and skills developed through digital transformation learning. *Journal of Business Research*, 94, 360–366. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.060>
- Tiberius, V., & Hirth, S. (2019). Artificial intelligence and the future of accountancy: Implications for education and practice. *Accounting Education*, 28(6), 552–567. <https://doi.org/10.1080/09639284.2019.1670194>
- Tiron-Tudor, A., & Deliu, D. (2021). Digital transformation in audit and accounting: Skills, tools and competencies. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 17(4), 614–632. <https://doi.org/10.1108/JAOC-05-2020-0064>
- Vial, G. (2019). Understanding digital transformation: A review and a research agenda. *The Journal of Strategic Information Systems*, 28(2), 118–144. <https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003>
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (6th ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Apêndice I – Guião das entrevistas

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?
2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?
4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?
5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controlo interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?
7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?
9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?
11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?
13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?
14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

Apêndice II – Entrevista Dr^a Vitória Vilela

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?

R: Licenciada em Gestão de Empresas, atualmente desempenho a função de auditora júnior, com experiência de 1 ano na área.

2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

R: Trabalho numa SROC. O contacto com ferramentas digitais é bastante, na medida em que a maioria do trabalho de auditoria é desenvolvido com recurso a uma plataforma digital de auditoria, o SIPTA.

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?

R: A transformação digital tem evoluído positivamente na auditoria e na contabilidade, embora o uso do papel ainda seja excessivamente presente.

4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?

R: A transformação digital tem reforçado a gestão do risco e a deteção de irregularidades, poupando tempo e revelando erros que poderiam passar despercebidos, embora o juízo do auditor permaneça essencial.

5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controlo interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

R: As mudanças mais significativas verificam-se na automatização de procedimentos como a análise de amostras, conciliações bancárias, circularizações e testes de controlo, que passaram a ser executados através de softwares de auditoria e folhas de cálculo, tornando o processo mais célere e preciso.

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?

R: Os auditores devem investir em competências técnicas em ferramentas digitais e análise de dados, e reforçar capacidades como o pensamento crítico e a aprendizagem contínua, essenciais para acompanhar a evolução tecnológica do setor.

7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

R: Resistência à adaptação aos novos procedimentos ou ferramentas que surgem no setor, utilizando a justificativa de que sempre fizeram assim e que não percebem nada das novas tecnologias.

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?

R: Sinto que pode ser uma oportunidade de valorização, na medida em que, aproveitando as novas tecnologias, o auditor será capaz de entregar um serviço ainda mais completo e eficiente.

9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

R: Estas tecnologias aumentam a eficiência e a precisão da auditoria, mas implicam riscos como a dependência tecnológica e potenciais falhas na segurança e confidencialidade da informação.

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?

R: Penso que a maioria está recetiva à mudança e tenta adaptar-se às novas ferramentas, mas deveriam ser promovidas mais formações para que a utilização fosse mais eficiente.

11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

R: Apesar de se verificar algum incentivo por parte das entidades de supervisão e das SROC, esse esforço ainda é limitado. Seria importante reforçar a promoção de formações especializadas, partilha de boas práticas e incentivos à adoção de ferramentas digitais no exercício da auditoria.

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?

R: As ferramentas que utilizo com maior frequência são o SIPTA, o PEPData e o Excel.

13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?

R: O uso dessas ferramentas torna a análise mais eficiente, uma vez que os *softwares* reúnem toda a informação numa única plataforma, permitindo aceder rapidamente às rubricas e realizar verificações de forma mais ágil e organizada.

14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

R: Antevejo uma profissão cada vez mais orientada para a análise e interpretação de dados, com menor foco em tarefas manuais. O auditor assumirá um papel mais estratégico, tirando partido das tecnologias para aumentar a eficiência e a qualidade do seu julgamento profissional.

Apêndice III – Entrevista Dr^a Ana Ferreira

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?

R: Sou licenciada em Contabilidade e Auditoria, tenho mestrado na mesma área e sou Contabilista Certificada. Atualmente trabalho numa empresa de auditoria, onde desempenho funções de auditoria com o cargo de *Audit Consultant*.

2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

R: Exerço funções numa SROC, onde tenho contacto com diversas ferramentas digitais essenciais à prática de auditoria. Utilizo desde ferramentas mais básicas, como o Excel, onde são elaborados os papéis de trabalho, até programas específicos de auditoria, como o ASD Audit, que integra todo o processo, desde a fase de planeamento e execução até à emissão da CLC. Além disso, recorremos a outras ferramentas digitais de apoio, como o Gexcel e o ASD Confirmation, que facilitam e agilizam o nosso trabalho diário.

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?

R: Acredito que a evolução da transformação digital tem vindo a alterar significativamente a forma como os auditores desenvolvem o seu trabalho, influenciando não só os métodos utilizados, mas também a forma como a informação e os testes são sustentados e documentados.

4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?

R: A transformação digital veio permitir um maior armazenamento e acesso à informação, uma melhor organização do trabalho através dos programas de auditoria e uma melhoria na qualidade e eficiência dos testes realizados.

5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controle interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

R: Considero que a cibersegurança e o controle dos sistemas de informação assumem hoje um papel fundamental, sendo áreas que exigem uma atenção crescente por parte dos auditores, dada a sensibilidade e o volume de dados com que trabalhamos.

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?

R: Na minha opinião, uma das principais competências que os auditores devem desenvolver é a capacidade de utilizar a inteligência artificial de forma adequada e consciente. É fundamental que saibam integrar estas ferramentas no seu trabalho diário, tirando partido do seu potencial para analisar grandes volumes de dados e otimizar processos, mas sempre com espírito crítico e mantendo o juízo profissional. A tecnologia deve ser vista como um apoio à tomada de decisão, nunca como um substituto do raciocínio e da responsabilidade do auditor.

7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

R: Penso que uma das principais dificuldades que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias é a necessidade de uma constante atualização. As ferramentas digitais evoluem rapidamente, o que obriga os auditores a estarem sempre a aprender e a adaptar-se a novas metodologias e sistemas. Essa exigência pode ser desafiante, sobretudo quando é necessário conciliar o ritmo intenso do trabalho com a formação contínua necessária para acompanhar essas mudanças.

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?

R: Considero que a transformação digital representa, acima de tudo, uma oportunidade de valorização da profissão de auditor. As novas tecnologias funcionam

como ferramentas de apoio que facilitam e tornam o trabalho mais eficiente, sem substituírem o papel essencial do auditor. Acredito que não constituem uma ameaça, uma vez que a análise e o julgamento profissional continuam a ser indispensáveis em cada auditoria, sendo algo que nenhuma tecnologia consegue replicar.

9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

R: Associo sobretudo benefícios como o aumento da eficiência e da produtividade no trabalho do auditor. Estas tecnologias permitem analisar grandes volumes de dados de forma mais rápida e precisa, o que melhora a qualidade das conclusões e reduz o tempo necessário para executar determinados procedimentos. No entanto, é importante manter uma utilização equilibrada e consciente, garantindo que o recurso à tecnologia não compromete o julgamento profissional nem a fiabilidade dos resultados obtidos.

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?

R: Acredito que os auditores e contabilistas portugueses têm vindo a adaptar-se progressivamente à digitalização, embora ainda exista um caminho a percorrer. Sendo esta uma área em constante evolução, é essencial que os profissionais se mantenham atualizados e invistam continuamente em formação. Só através dessa aprendizagem constante é possível acompanhar as mudanças tecnológicas e garantir um desempenho cada vez mais eficiente e alinhado com as exigências do mercado.

11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

R: Sim, acredito que as entidades de supervisão e as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas têm incentivado a adoção de práticas digitais. No entanto, penso que ainda há espaço para evoluir, sobretudo ao nível da formação. Seria importante disponibilizar mais ações de formação focadas na vertente digital, bem como promover a partilha e o desenvolvimento interno de ferramentas tecnológicas comuns e úteis a todos os auditores.

Essa cooperação permitiria uniformizar procedimentos e reforçar a eficiência do trabalho de auditoria.

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?

R: Nas minhas funções, utilizo com maior frequência as ferramentas digitais ASD Audit, ASD Confirmation e Gexcell. O ASD Audit é o programa principal, onde está integrado todo o processo de auditoria, desde o planeamento até à emissão dos relatórios. O ASD Confirmation é utilizado para a gestão e envio de circularizações, enquanto o Gexcell auxilia na análise de dados e na execução de testes. Estas ferramentas são fundamentais para garantir a organização, eficiência e qualidade do trabalho desenvolvido.

13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?

R: O uso destas ferramentas tem um impacto muito positivo no trabalho de auditoria, sobretudo ao nível da eficiência e da fiabilidade. Permitem uma análise mais rápida e organizada dos documentos, reduzindo o tempo gasto em tarefas manuais. No caso do ASD Confirmation, por exemplo, trata-se de uma plataforma própria que facilita a obtenção de confirmações externas diretamente das entidades, o que aumenta significativamente a fiabilidade da informação e reforça a credibilidade do processo de auditoria.

14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

R: Acredito que o futuro da profissão de auditor será fortemente marcado pela digitalização, trazendo inúmeros benefícios. As ferramentas tecnológicas e os processos automatizados permitirão libertar o auditor de tarefas mais rotineiras, possibilitando que se concentre naquilo que é verdadeiramente essencial: a análise dos riscos, a avaliação dos controlos internos e o exercício do julgamento profissional. Desta forma, o digital não substitui o auditor, mas antes potencia o seu papel e acrescenta valor ao trabalho desenvolvido.

Apêndice IV – Entrevista Dr^a Maria Amorim

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?

R: Sou licenciada em Gestão pela Universidade do Minho e mestre em Auditoria e Fiscalidade pela Católica Porto Business School. Sou também Contabilista Certificada e, atualmente, desempenho a função de *Audit Assistant*.

2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

R: Atualmente trabalho numa SROC, onde desempenho a função de *Audit Assistant*. No meu dia a dia tenho bastante contacto com várias ferramentas digitais que apoiam os processos de auditoria.

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?

R: A transformação digital tem sido muito evidente nos últimos anos. Há uma maior automatização de tarefas, uso de ferramentas de análise de dados e processos mais rápidos e eficientes. No entanto, esta evolução também obriga os profissionais a estarem sempre a atualizar-se e a adaptar-se às novas tecnologias.

4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?

R: Na minha opinião, a transformação digital tem ajudado bastante na gestão do risco e na deteção de irregularidades. As ferramentas tecnológicas permitem analisar mais dados em menos tempo e identificar padrões ou inconsistências que antes podiam passar despercebidos.

5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controlo interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

R: Atualmente, grande parte dos procedimentos são realizados com o apoio de softwares que simplificam a recolha e análise da informação, tornando o trabalho mais rápido, eficiente e preciso. Além disso, a integração entre diferentes sistemas tem contribuído para um controlo interno mais eficaz e atualizado.

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?

R: Para se adaptarem à digitalização, os auditores precisam desenvolver competências técnicas em análise de dados, softwares de auditoria e ferramentas digitais de gestão.

7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

R: A principal dificuldade está na adaptação às novas tecnologias, especialmente para profissionais mais habituados a métodos tradicionais. Além disso, há resistências relacionadas com o receio de perder controlo sobre os processos.

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?

R: Na minha opinião, a transformação digital representa sobretudo uma oportunidade para valorizar a profissão de auditor. Permite aos profissionais focarem-se em tarefas de maior valor acrescentado, análise crítica e tomada de decisões, enquanto as tecnologias cuidam de processos mais repetitivos.

9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

R: O uso de tecnologias traz benefícios claros, como maior rapidez, eficiência e capacidade de detetar padrões ou irregularidades que seriam difíceis de identificar manualmente. Por outro lado, os riscos incluem a dependência excessiva das ferramentas,

interpretações erradas dos dados e a necessidade de assegurar que os sistemas estão bem configurados e atualizados.

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?

R: Na minha observação, os auditores e contabilistas portugueses têm vindo a adaptar-se gradualmente à digitalização. Há um esforço crescente de formação e atualização, mas ainda existem lacunas, especialmente no domínio de ferramentas mais avançadas.

11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

R: Acredito que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores têm incentivado a adoção de práticas digitais, sobretudo através de recomendações, orientações técnicas e formação.

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?

R: No meu dia a dia, utilizo com maior frequência o ASD Audit e Excel.

13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?

R: O uso destas ferramentas aumenta significativamente a eficiência, permitindo realizar tarefas em menos tempo e melhora a fiabilidade dos dados analisados.

14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

R: Vejo um futuro em que a auditoria será cada vez mais digital e automatizada, com os auditores focados em tarefas de análise crítica, interpretação de dados e tomada de decisões estratégicas.

Apêndice V – Entrevista Dr^a Rita Cardoso

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?

R: Sou licenciada em Contabilidade e sou também Contabilista Certificada. Embora atualmente não exerça funções nesse cargo, trabalho num gabinete de contabilidade, onde presto apoio em diversas tarefas relacionadas com a área contabilística.

2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

R: Trabalho num gabinete de contabilidade, onde o uso de ferramentas digitais é constante. Utilizo com frequência o software de contabilidade TOConline, essencial para o registo e tratamento da informação contabilística, e recorro também ao Excel como ferramenta de apoio para a organização e análise de dados.

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?

R: Considero que a evolução da transformação digital tem sido uma verdadeira mais-valia para o setor da contabilidade e da auditoria. Os processos tornaram-se mais rápidos, eficientes e fiáveis, permitindo um controlo mais rigoroso da informação e reduzindo a probabilidade de erros.

4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?

R: Na minha perspetiva, a transformação digital veio facilitar bastante a gestão do risco e a deteção de irregularidades. Com o apoio das ferramentas digitais, é possível identificar potenciais fraudes de forma mais rápida e explícita, permitindo uma análise mais detalhada e um acompanhamento mais rigoroso das operações.

5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controlo interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

R: Uma das mudanças mais significativas é a transição dos métodos manuais para processos cada vez mais automatizados e digitais. Atualmente, muitas tarefas que antes exigiam registos e verificações manuais são realizadas através de softwares específicos, o que torna o trabalho mais rápido, organizado e com menor margem de erro. Essa digitalização veio simplificar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da informação tratada.

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?

R: Considero essencial que os auditores desenvolvam competências técnicas ligadas ao uso de ferramentas digitais e à análise de dados, bem como competências comportamentais como a capacidade de adaptação e a aprendizagem contínua. A digitalização exige profissionais mais flexíveis, curiosos e dispostos a atualizar constantemente os seus conhecimentos.

7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

R: Na minha opinião, as principais dificuldades prendem-se com a adaptação às novas ferramentas digitais e com a falta de formação adequada para as utilizar de forma eficaz. Além disso, existe também uma preocupação crescente com a segurança dos dados, uma vez que o uso de plataformas digitais exige cuidados acrescidos na proteção da informação.

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?

R: Considero que a transformação digital representa uma grande oportunidade de valorização da profissão. As novas tecnologias vieram modernizar e facilitar muitos dos

processos, permitindo que o auditor se concentre em tarefas de maior valor acrescentado e reforce o seu papel como profissional analítico e crítico.

9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

R: Estas tecnologias trazem diversos benefícios, como o aumento da eficiência, a rapidez na análise de grandes volumes de informação e a melhoria na precisão dos resultados. No entanto, também apresentam alguns riscos, nomeadamente a dependência excessiva das ferramentas digitais e a possibilidade de erros se os dados de base não forem fiáveis. Por isso, é importante que o auditor mantenha sempre o seu espírito crítico e o controlo sobre todo o processo.

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?

R: Na minha opinião, os auditores e contabilistas portugueses têm-se vindo a adaptar gradualmente à digitalização. No entanto, considero que o nível de formação e de adaptação tecnológica ainda pode ser reforçado, de modo a acompanhar de forma mais eficaz a rápida evolução do setor e as exigências que esta transformação impõe.

11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

R: Creio que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm procurado incentivar a adoção de práticas digitais, mas ainda existe espaço para melhorar. Seria importante promover mais formações específicas na área tecnológica e incentivar a partilha de boas práticas entre profissionais. Além disso, o desenvolvimento e a disponibilização de ferramentas digitais comuns poderiam contribuir para uma maior uniformização e eficiência no trabalho dos auditores.

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?

R: Nas minhas funções, utilizo com maior frequência o software TOOnline, uma ferramenta essencial para a execução das tarefas contábilísticas diárias, permitindo o registo, a organização e o controlo de toda a informação financeira de forma prática e eficiente.

13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?

R: O impacto é claramente positivo, uma vez que o software contribui para uma maior eficiência através da automatização de várias tarefas e do acesso centralizado à informação. Além disso, assegura uma maior fiabilidade dos dados e facilita o processo de análise durante a auditoria, tornando o trabalho mais rápido, preciso e organizado.

14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

R: Na minha perspetiva, o futuro da profissão de auditor será marcado por auditorias cada vez mais rápidas, precisas e baseadas em ferramentas digitais avançadas. A automatização vai permitir otimizar processos e reduzir tarefas repetitivas, possibilitando que os auditores se concentrem mais na análise crítica e na interpretação dos resultados.

Apêndice VI – Entrevista Dr^a Catarina Martins

A - Caracterização do Entrevistado

1. Poderia indicar brevemente a sua formação académica, função atual e experiência profissional no setor da auditoria ou contabilidade?

R: Licenciada em economia, iniciei funções num gabinete de contabilidade e atualmente exerço funções de consultoria e gestão financeira na área da restauração e hotelaria.

2. Qual é o tipo de entidade onde exerce funções (ex.: SROC, gabinete de contabilidade, empresa privada, setor público, etc.) e qual o seu nível de contacto com ferramentas digitais nos processos de trabalho?

R: Trabalho com uma empresa privada, infelizmente, a empresa não aposta muito em ferramentas digitais. Temos um programa de faturação, onde são emitidas as faturas e exportados os mapas de vendas mensais em Excel. E depois para controlo das receitas e gastos usamos apenas o Excel.

B – Transformação Digital e o impacto na profissão

3. Como caracteriza a evolução da transformação digital no setor da auditoria e da contabilidade nos últimos anos?

R: Apenas posso falar da transformação digital na contabilidade, nos 6 anos em que estive a exercer funções no gabinete de contabilidade, vivenciei uma enorme evolução nos procedimentos contabilísticos. Deixamos de trabalhar com papel e era tudo digitalizado ou em .PDF, o que nos libertou tempo para uma análise mais detalhada das contas das empresas e ajudar os empresários na tomada de decisão.

4. Na sua perspetiva, de que forma esta transformação tem impactado a gestão do risco e a deteção de irregularidades durante o processo de auditoria?

R: A transformação digital veio mudar a gestão do risco e a deteção de irregularidades, pois agora são mais facilmente detetadas e analisadas. Antes a gestão de risco era feita com amostragens limitadas, agora os auditores podem antecipar o risco com base nos padrões históricos. Com as ferramentas disponíveis na atualidade é possível identificar o risco em tempo real em curto prazo e deste modo ir ajustando o plano de auditoria. Os sistemas digitais permitem analisar automaticamente grandes volumes de

informação e priorizar as mais relevantes para revisão humana, isso aumenta a eficiência e consistência na deteção de irregularidades.

5. Que mudanças mais significativas identifica na forma como os procedimentos de auditoria e controlo interno são atualmente executados (por exemplo, a passagem de métodos manuais para processos automatizados ou digitais)?

R: Nos últimos anos, presenciei a passagem do processo manual dos procedimentos para o digital. Houve uma diminuição das tarefas administrativas e de reconciliação manual, para a automatização das mesmas tarefas.

As auditorias e o controlo interno eram efetuados em períodos específicos, agora com a integração de sistemas, é possível realizar auditoria a qualquer momento e estabelecer uma monitorização permanente de controlos e transações.

As assinaturas eram físicas e os documentos impressos, não havia rastreamento de alterações. E agora com os sistemas informáticos e as assinaturas digitais, fica registado quem fez o que e quando.

C – Competências e perfis profissionais

6. Quais considera serem as novas competências técnicas e comportamentais que os auditores devem desenvolver para se adaptarem à digitalização?

R: Os auditores agora devem aproveitar a informação fornecida pelo sistema e desenvolver uma vertente de analistas de risco e de consultores no controlo interno das empresas. Penso que devem adaptarem-se a uma nova realidade e desenvolverem novas competências técnicas, para conseguirem continuar a ser uma mais-valia para as empresas. Devem ter a capacidade de extrair, organizar e interpretar grandes volumes de informação, de modo a identificarem anomalias. E de estar em permanente atualização, desenvolverem o pensamento crítico e capacidade de interpretar os resultados. Com a finalidade de transmitirem os resultados de forma clara e percetível e garantirem sempre a transparência e integridades dos procedimentos digitais.

7. Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou resistências que os profissionais enfrentam na adoção de novas tecnologias e metodologias digitais?

R: A maior dificuldade são as competências digitais dos profissionais e a infraestrutura tecnológica limitada. A adoção de novas tecnologias “obriga” a

equipamento atualizado e com grande capacidade e apoio técnico, o que torna a transformação digital num grande investimento. Nem sempre é fácil a integração ou compatibilidade entre os vários programas, o que torna todo o processo mais burocrático e desmotivador. Muitos colaboradores veem estes novos métodos como uma ameaça ao emprego, este comportamento pode levar a uma resistência na adoção de novos procedimentos mais eficientes. Além disso os custos da implementação dos processos digitais podem também ser um entrave. Muitas vezes, as empresas preferem investir em algo mais lucrativo ou com maior retorno financeiro.

D - Oportunidades e Ameaças à Profissão

8. Considera que a transformação digital representa uma oportunidade de valorização da profissão de auditor ou, pelo contrário, uma ameaça ao papel tradicional do auditor?

R: No meu ponto de vista, sem dúvida, que é uma oportunidade de valorização para os auditores. Traz valor acrescentado para os auditores, libertam das tarefas repetitivas e permite análises estratégicas. Permite o aumento da fiabilidade, transparência e credibilidade do trabalho, reforçando a importância da profissão.

9. Que benefícios e riscos associa à utilização de tecnologias emergentes, como a análise de dados, a inteligência artificial ou o *process mining*, no contexto da auditoria financeira?

R: As tecnologias emergentes estão a revolucionar o modo como os auditores recolhem, tratam e interpretam a informação. Como principais benefícios, destaco a automatização de tarefas e redução de tempo e custo das auditorias. A análise de dados e o *process mining* permitem avaliar todas as transações, em vez de amostras limitadas. Melhora a precisão e a fiabilidade das conclusões, identificando anomalias que passariam despercebidas em auditorias tradicionais. A IA podem detetar padrões complexos e comportamentos atípicos, apoiando a deteção precoce de fraudes ou erros. Com automação e integração de sistemas, torna-se possível monitorizar processos financeiros de forma contínua, em vez de auditorias anuais pontuais. E como principal risco, temos os erros que o sistema pode criar e que acabam por gerar conclusões incorretas sem serem percebidos. Dados incompletos, incorretos ou mal integrados podem comprometer toda a análise. A fiabilidade vai sempre depender na origem dos dados e muitas empresas ainda não tem mão de obra que domine o tratamento dos dados de forma correta.

E - Situação Atual dos Auditores Portugueses

10. Na sua observação, como estão os auditores e contabilistas portugueses a reagir à digitalização? Considera que existe um nível adequado de formação e adaptação tecnológica no setor?

R: No início houve uma grande resistência, porque estavam habituados a trabalhar com papel, mas há medida que experimentavam os novos sistemas e a ficavam com mais tempo livre para outras tarefas mais importantes, acabaram por aderir à digitalização. Penso que tomaram consciência da importância de investir em sistemas informáticos e em formação na área para obterem uma maior rentabilidade. Houve um grande trabalho feito pela OCC nesse sentido, desenvolveram um programa direcionado para os contabilistas bastante intuitivo. Além disso, tem uma equipa de suporte muito disponível e várias formações ao longo do ano. Não há razão para não haver adaptação tecnológica no setor, a empresa tem programas disponíveis acessíveis, para tornar a transformação digital possível e alocar os recursos humanos em tarefas de maior importância e de obterem informação sempre atualizada.

11. Acredita que as entidades de supervisão e as sociedades de revisores oficiais de contas têm incentivado adequadamente a adoção de práticas digitais? Que medidas adicionais poderiam ser implementadas?

R: Acredito que sim, porque acaba também por lhes facilitar o trabalho. Evitam deslocações e pesquisa manual, pois encontram toda a informação que necessitam nos sistemas informáticos. A maior medida que poderia ser implementada, é o governo acabar com as faturas em papel e qual documento contabilísticos, dessa forma as empresas seriam obrigadas a utilizar apenas o sistema digital para controlo de toda a informação.

F - Ferramentas Digitais e Futuro da Profissão

12. Quais as ferramentas digitais (softwares, plataformas ou aplicações) que utiliza com maior frequência nas suas funções?

R: Atualmente trabalho com a aplicação PingWin BO e com o TOConline.

13. Que impacto prático identifica no uso dessas ferramentas em termos de eficiência, fiabilidade e qualidade da auditoria?

R: O PingWin BO não é o meu preferido, considero até que tem algumas falhas. Em relação ao TOConline oferece uma grande fiabilidade a quem trabalha nele, tem bastantes tipos de controlo e fica tudo registados. Sabemos sempre quem alterou qualquer tipo de documento, desta forma, penso que facilita a qualidade da auditoria.

14. Como antevê o futuro da profissão de auditor num contexto cada vez mais digitalizado e automatizado?

R: No futuro a profissão de auditor vai sofrer algumas transformações com a digitalização, a automação e a inteligência artificial. As tarefas mais rotineiras (reconciliações, testes de amostragem, verificação de lançamentos e controlo de documentos) serão automatizadas. O auditor no futuro terá os conhecimentos técnico-contabilístico mais desenvolvidos e irá oferecer maior valor acrescentado para as empresas.